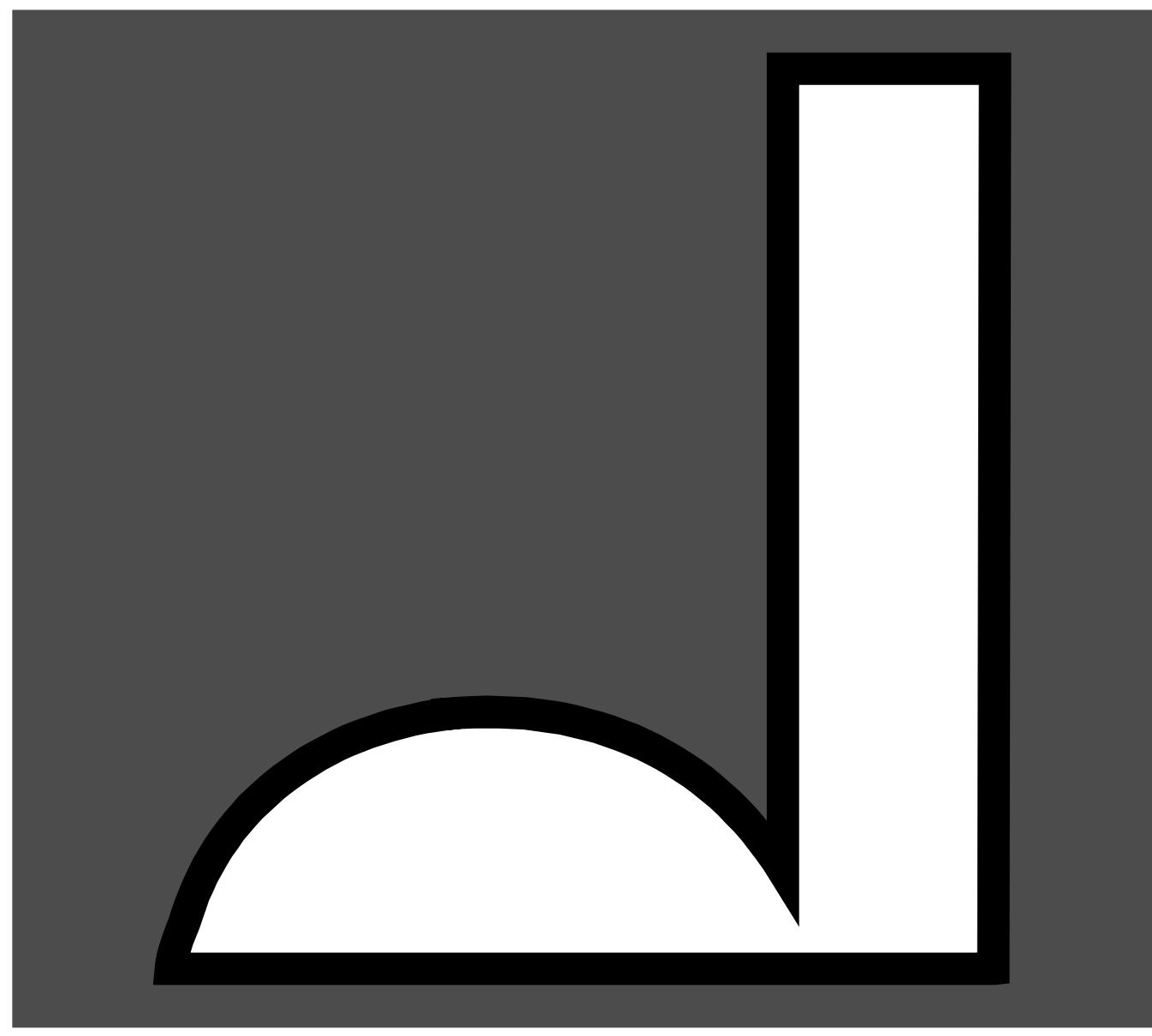




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – N° 143 – QUINTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shlessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella - PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT-13, PSB – 3, PTB – 3) LÍDER – PT Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa – PTB LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino - PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER - PSDB - 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT
EXPEDIENTE		
Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 193, de 24 de junho de 2004**, que “*autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de setembro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 8 de setembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 125ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE SETEMBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 152, de 2004 (nº 548/2004, na origem), de 1º do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Antonio José Maria de Souza e Silva*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Timor Leste.....

29106

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas, da Medida Provisória nº 211, de 2004, que abre, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para os fins que especifica, e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.....

29116

Republicação, por inexatidão material nos autógrafos, do texto retificado do Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 190, de 2004) que “institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, dá nova redação ao § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ao art. 2º-A da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, e dá outras providências”....

29116

Recebimento do Ofício nº 20, de 2004-CN (nº 1.394/GAPRE-2004, na origem), do Presidente do Banco do Nordeste S/A, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao primeiro semestre de 2004..

29118

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADORA *IDELE SALVATTI* – Exalta as comemorações, ontem, do Dia da Independência. Comentários ao artigo publicado, hoje, no jornal *Gazeta Mercantil* intitulado “Enfrentar as desigualdades regionais”.....

29118

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Apelo, aos órgãos competentes do governo, para apuração de notícias veiculadas pela imprensa, no último final de semana, sobre o ensino nas escolas de formação do MST.....

29122

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Contestação ao pronunciamento do Senador Ney Suassuna com relação às escolas de formação do MST.....

29123

1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Parabeniza a Controladoria-Geral da União pela 12ª edição do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, que se realizou no último dia 11 de agosto, no Auditório da Caixa Econômica Federal em Brasília.....

29126

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Comentários à decisão da Polícia Federal de invadir as dependências do jornal *O Tempo*, na cidade mineira de Betim, sob o pretexto de estar cumprindo mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça diante de uma representação do Partido dos Trabalhadores.....

29127

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro do artigo intitulado “O retrocesso democrático”, de autoria do advogado Ives Gandra Martins, publicado no *Jornal do Brasil* do último dia 26 de agosto.

29132

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Comemoração, no último dia 1º, do Dia do Profissional de Educação Física.

29133

SENADOR *TEOTONIO VILELA FILHO* – Registro do artigo intitulado “Desassistência: na cheia e na seca”, de autoria de S.Exa., publicado no *O Jornal*, de Maceió, edição de 3 de agosto do corrente do corrente, em que faz comentários e críticas sobre a ausência do atual governo por ocasião das intensas chuvas que castigaram o Nordeste.....

29134

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Prejuízos para o Pólo Industrial de Manaus decorrentes da paralisação nas negociações entre o Brasil e a Argentina para exportação de eletrodomésticos brasileiros.....

29136

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES
4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES
5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR
6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL
9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES-
SO NACIONAL
10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL
11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTE LIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 125^a Sessão Não Deliberativa, em 8 de setembro de 2004

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 152, DE 2004

(Nº 548/2004, na origem).

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como art. 59 do anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer ao Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embassador do Brasil junto à República do Timor Leste.

Os méritos do Ministro Antonio José Maria de Souza e Silva que me induziram a escolhê-lo para desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de setembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 265 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 25 de agosto de 2004

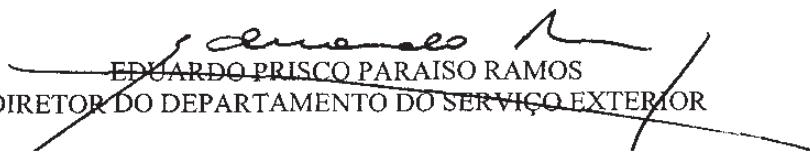
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como art. 59 do anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer ao Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embassador do Brasil junto à República do Timor Leste.

2. Encaminhado, igualmente anexos, informações sobre o país e **Curriculum-Vitae** do Ministro Antonio José Maria de Souza e Silva, que juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustre membros.

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA****CPF.: 245.017.437-00****RG.: 21.811.558 IFP/RJ**

- 1950 Filho de Celso Antonio de Souza e Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, nasce em 16 de agosto, no Rio de Janeiro/RJ
- 1973 Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito Cândido Mendes, RJ
- 1976 Terceiro Secretário, concurso IRBr
- 1976 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
- 1979 Segundo Secretário, antigüidade
- 1979 Consulado Geral em Nova York, Segundo Secretário
- 1982 Embaixada na Guatemala, Encarregado de Negócios
- 1982 CAD - IRBr
- 1982 Embaixada em Assunção, Segundo e Primeiro Secretário
- 1984 Ordem do Rio-Branco, Oficial
- 1984 Primeiro Secretário, merecimento
- 1987 Divisão de Política Financeira, Chefe, substituto
- 1988 Embaixada em Islamabad, Encarregado de Negócios
- 1989 Conselheiro, merecimento
- 1990 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
- 1993 Embaixada em Praga, Conselheiro
- 1997 Divisão da Europa I, Chefe
- 1997 Departamento da Europa, Diretor-Geral, substituto
- 2000 Departamento de Promoção Comercial, assessor
- 2003 CAE - IRBr (Combate ao Terrorismo: a evolução do tratamento multilateral e os reflexos para o Brasil)
- 2003 134ª Assembléia do Bureau International des Expositions, Paris, Chefe da Delegação
- 2004 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe
- 2004 135ª Assembléia do Bureau International des Expositions, Paris, Chefe da Delegação
- 2004 Ministro de Segunda Classe, merecimento


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

1. INFORMAÇÃO SOBRE TIMOR-LESTE

DADOS BÁSICOS

Nome oficial do país:	República Democrática de Timor-Leste
Capital:	Díli
Sistema de governo:	República Parlamentarista
Presidente da República:	Senhor Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro:	Doutor Mari Alkatiri
Presidente do Parlamento Nacional:	Deputado Francisco "Lu-olo" Guterres
Presidente do Tribunal de Recurso:	Doutor Cláudio Ximenes
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação:	Doutor José Ramos-Horta

HISTÓRIA

Portugal retirou-se de Timor-Leste em 1974, o que trouxe aos timorenses a perspectiva da independência, depois de 4 séculos de colonização, na esteira do que ocorreria com o resto do mundo colonial português.

Havendo-se retirado as autoridades portuguesas e as poucas tropas metropolitanas 7 de dezembro de 1974, as Forças Armadas da Indonésia jogavam todo seu peso na invasão de Timor-Leste, que acabariam por ocupar, sem, contudo, jamais dominar totalmente.

Em 1976, Timor-Leste foi incorporado à Indonésia como sua 27ª província. Os timorenses, porém, impuseram às Forças Armadas indonésias uma insuspeitada resistência, quer em confronto aberto entre 1975 e 1979, quer como guerrilha a partir de 1979. Durante 24 anos as FALINTIL, ao custo de milhares de vidas, continuaram bravamente a luta pela independência de seu país, uma luta que custou a vida de 250 mil timorenses.

Em 1978, as FALINTIL perderam, em combate, seu grande líder, Nicolau Lobato, mas, em 1980, passaram ao comando de um jovem guerrilheiro, então com 34 anos de idade, que sobrevivera aos piores momentos da luta. Era José Alexandre ou Kay Rala Xanana Gusmão, que reagrupou suas forças e imprimiu novo rumo à luta de libertação nacional, criando uma rede clandestina de apoio à guerrilha, formando uma aliança com a Igreja e impulsionando a unificação das forças políticas timorenses no

Conselho Nacional da Resistência Maubere, que mais tarde se chamou Conselho Nacional da Resistência Timorense. Durante anos e anos, enquanto a diáspora timorense, no exílio, clamava em favor da independência de seu país, no interior, separados do resto do mundo por uma cortina de silêncio, os timorenses, de arma na mão e sem santuários, combatiam incansavelmente o ocupante estrangeiro.

Em novembro de 1991, um incidente em Díli, chamou atenção do mundo. Um numeroso grupo de estudantes, à saída da missa, pela morte de um colega, dirigiu-se ao Cemitério de Santa Cruz, em Díli, para depositar-lhe flores no túmulo do jovem morto. Em meio à deposição de flores, surgiram militares indonésios, que dispararam contra a multidão, provocando centenas de mortos, feridos e desaparecidos, no que ficou conhecido como o “Massacre de Santa Cruz”. O incidente foi documentado por jornalistas e divulgado em todo o mundo, desmentindo a tese de que a integração de Timor-Leste na Indonésia era completa e já não tinha mais oponentes.

Em 1992 a resistência sofreria uma derrota, com a prisão, em Díli, de Xanana Gusmão, que somente viria a ser libertado sete anos mais tarde, coincidentemente no aniversário da independência do Brasil, em 7 de setembro de 1999. Em 1996, no entanto, os ventos começam a soprar decididamente a favor dos combatentes timorenses, quando dois compatriotas seus, o Bispo de Díli, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, e o Doutor José Ramos-Horta, o grande diplomata da causa de Timor-Leste independente, dividiram o Prêmio Nobel da Paz e chamaram a atenção do mundo para o que se passava em seu pequeno país.

Não havendo as Nações Unidas jamais reconhecido a incorporação de Timor-Leste, a Indonésia, em 1998, abalada por forte crise econômica, propôs uma autonomia limitada para o território. Depois de prolongadas negociações diplomáticas, a proposta evoluiu até resultar nos acordos assinados entre Portugal e a Indonésia em 5 de maio de 1999, em Nova York, os chamados Acordos de Nova York. Como consequência destes acordos, Portugal e a Indonésia encarregaram o Secretário-Geral da ONU de organizar e conduzir um plebiscito em torno da proposta indonésia de conceder uma autonomia especial para Timor-Leste. Se a proposta de integração fosse rejeitada pela população timorense, estaria aberto o caminho para a independência após um período de transição. Para o plebiscito, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu uma missão em Timor-Leste, a UNAMET, em sua sigla inglesa.

O plebiscito realizou-se em 30 de agosto de 1999. A proposta de autonomia limitada foi rejeitada por 78% dos votos. Tão logo o resultado foi conhecido, milícias pró-Indonésia iniciaram uma onda de violência e brutalidade, saqueando e queimando o que estivesse a seu alcance. Em Díli, 90% dos imóveis foram destruídos. No total do país, 67 mil casas foram incendiadas. Numerosos timorenses foram mortos e cerca de 500 mil tiveram de abandonar suas moradias e fugir para as montanhas. Não tendo sido possível deter a violência por meio de esforços diplomáticos, o Secretário-Geral das Nações Unidas sugeriu o emprego de uma força multinacional. Assim, em 12 de setembro de 1999, a Indonésia aceitou a intervenção da força multinacional, a INTERFET, cujos primeiros elementos, dentre os quais se encontravam 51 oficiais e praças do Exército Brasileiro, desembarcaram em Timor-Leste em 20 de setembro de 1999. A retirada das Forças Armadas da Indonésia foi completada em 30 de outubro de 1999. A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste ou UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor) foi estabelecida pela

Resolução 1272 (1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para o cargo de Administrador Transitório de Timor-Leste e Representante Especial do Secretário-Geral da ONU foi escolhido o brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

Em 30 de agosto de 2001, foram realizadas eleições para a Assembléia Constituinte de Timor-Leste, que concluiu seus trabalhos em março de 2002. Em 14 de abril de 2002, Xanana Gusmão foi eleito Presidente da República de Timor-Leste. Em 20 de maio de 2002, Timor-Leste tornou-se independente, a Constituição entrou em vigor e Xanana Gusmão tomou posse como primeiro Chefe de Estado timorense.¹

GEOGRAFIA E DEMOGRAFIA

Timor-Leste situa-se no Arquipélago das Pequenas Ilhas Sonda. O território do país equivale aproximadamente ao Estado de Sergipe.

A população é de cerca de 830 mil habitantes, com aproximadamente 28 mil refugiados ainda em Timor-Oeste. A maioria absoluta da população (85%) está no campo. Díli é a capital. A segunda cidade mais importante do país é Baucau.

Em Timor-Leste há 35 línguas nativas, entre as quais a mais importante é o tétum, do grupo malaio-polinésio ou austronésio. É o idioma de Díli, sendo entendido por 80% da população. O português é falado por cerca de 10% dos timorenses e especialmente pela elite culta e pela população mais idosa. É entendido, porém, por um percentual bastante superior, que, entretanto, não se pode estimar com precisão. O indonésio é falado por aproximadamente 40% da população e, sobretudo, pelos que se educaram em Timor-Leste durante a ocupação, entre 1975 e 1999. A língua de trabalho da UNMSET (United Nations Mission for Support to East Timor) e das agências especializadas das Nações Unidas é o inglês, falado por apenas 2% da população timorense. Pela Constituição de Timor-Leste, o tétum e o português são línguas oficiais e o inglês e o indonésio “línguas de trabalho”. A religião católica é a predominante, alcançando 97% da população.

ECONOMIA

- PIB: US\$ 344 milhões de dólares (projeção para 2003)
- Renda per capita: 478 dólares/ano (estimada para 2001)
- Principais produtos agrícolas: café, milho, arroz, mandioca e batata-doce.
- Desemprego: aberto é superior a 45% da população acima de 15 anos.
- 57% da população são analfabetos;
- a expectativa geral de vida é de 57 anos;
- índice de mortalidade infantil é de 8% dos nascimentos vivos.

Cerca de 41% da população está abaixo da linha de pobreza (renda de US\$ 0,55 por dia). Timor-Leste é o país mais pobre da Ásia. Por uma das primeiras decisões

¹ A UNTAET foi sucedida pela UNMSET (United Nations Mission of Support to East Timor), com mandato até 20 de maio de 2004. A UNMSET possui componentes militar (a Força de Manutenção da Paz), policial (UNPOL) e civil (cargos de assessoria financiados pelo orçamento regular das Nações Unidas e contribuições bilaterais). É dirigida por um Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Embaixador Kamalesh Sharma, ex-Representante Permanente da Índia nas Nações Unidas.

tomadas pela UNTAET, o dólar norte-americano foi, provisoriamente adotado como moeda oficial do país, até que os timorenses resolvam definitivamente se haverão de ter ou não moeda própria.

A economia timorense é estruturalmente deficitária no comércio exterior. As exportações, pouco elásticas, foram de 5 milhões de dólares norte-americanos em 2000, 4 milhões em 2001, 6 milhões em 2002 e, finalmente, devem alcançar 7 milhões em 2003, com o café representando 48% do total. O impacto da redução da presença estrangeira foi sentido pelo lado das importações, que havendo sido de 205 milhões de dólares em 2000, 237 milhões em 2001 e 239 milhões em 2002, devem reduzir-se para 235 milhões no ano em curso. As importações de 2003 serão, em sua quase totalidade financiadas com transferências oficiais, no valor de cerca de 228 milhões de dólares, que representam 2/3 do PIB não-petrolífero de Timor-Leste. O déficit da balança comercial, que equivalerá a 53% do PIB em 2003, continuará a ser financiado por doações, de acordo com a política do Governo local no sentido de evitar o endividamento externo.

A Austrália é o maior exportador, com uma fatia de 48% do total em 2001, seguido da Indonésia e de Cingapura. Entre os países que importam de Timor-Leste, o mais expressivo é a Indonésia, com 21 % do total, seguida dos Estados Unidos da América e da Austrália. Esta ainda aparece como o maior exportador, mas sua importância deverá diminuir com a redução da presença internacional em Timor-Leste. Com efeito, computadas apenas as importações tributadas, a Indonésia e Cingapura já ocupam as primeiras posições, à frente da Austrália.

O financiamento do brutal déficit da balança comercial timorense é possível graças às “exportações invisíveis”, resultantes do ingresso de recursos da comunidade doadora internacional.

As perspectivas de que Timor-Leste possa diversificar e aumentar suas exportações são extremamente baixas, pois o país praticamente não possui indústrias, nem gera serviços exportáveis. A grande esperança reside, portanto, no petróleo e no gás, cujas receitas devem começar a entrar nos cofres de Timor-Leste com maior vigor a partir de 2005/2006, caso não ocorram atrasos no cronograma dos investimentos previstos.

COMPOSIÇÃO DO ATUAL GOVERNO

Ministros:

Primeiro-Ministro e Ministro do Desenvolvimento Econômico	Mari Alkatiri
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	José Ramos-Horta
Ministra de Estado na Presidência do Conselho de Ministros e Ministra da Administração Estatal	Ana Pessoa
Ministro da Justiça	Domingos Sarmento
Ministra do Plano e Finanças	Madalena Boavida
Ministro dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Ovídio de Jesus Amaral
Ministro do Interior	Rogério Tiago Lobato
Ministro da Agricultura, das Florestas e das Pescas	Estanislau Silva
Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desporto	Armindo Maia
Ministro da Saúde	Rui Maria de Araújo
Secretários de Estado:	
Secretário de Estado da Defesa	Roque Rodrigues
Secretário de Estado do Trabalho e Solidariedade	Arsênio Paixão Bano
Secretário de Estado do Comércio e Indústria	Arlindo Rangel da Cruz
Secretário de Estado do Conselho de Ministros	Gregório de Sousa
Secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares	Antoninho Bianco
Secretário de Estado do Turismo, do Ambiente e do Investimento	José Augusto Teixeira
Secretário de Estado de Transportes, Comunicações e Obras Públicas	João Alves
Secretário de Estado da Educação, Cultura, Juventude e Desporto	Virgílio Simith
Secretário de Estado para Eletricidade e Águas	Egídio de Jesus
Vice-Ministros:	
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	Olímpio Branco
Vice-Ministro dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas	César Vital Moreira
Vice-Ministro da Justiça	Manuel Abrantes
Vice-Ministra do Plano e das Finanças	Aicha Bassarewan
Vice-Ministra da Administração Estatal	Ilda Maria da Conceição
Vice-Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas	Francisco Sá Benevides
Vice-Ministra da Educação, Cultura, Juventude e Desporto	Rosária Corte-Real
Vice-Ministro da Saúde	Luis Lobato
Vice-Ministro do Interior	Alcino Araújo Barris
Vice-Ministro do Desenvolvimento Ambiental	Abel Ximenes

RELAÇÕES BRASIL-TIMOR LESTE

Em agosto de 1998, o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, Embaixador Ivan Cannabrava realizou visita oficial à Indonésia e a Timor-Leste, quando esteve com Xanana Gusmão na prisão de Cipinang, no que foi o primeiro encontro de um representante de país lusófono com o líder timorense desde sua prisão em 1997. Em Jacarta, o Embaixador Cannabrava transmitiu às autoridades idonésias pedido do Presidente da República pela libertação de Xanana Gusmão.

Em maio de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que já havia enviado carta ao Presidente Habibie, manifestando sua preocupação pela excessiva presença militar indonésia em Timor-Leste e as freqüentes violações de direitos humanos no território, em nova missiva a seu colega indonésio, reiterava a profunda consternação com que a nação brasileira acompanhava o agravamento da situação e nova onda de violência contra a sociedade civil timorense, instando o Presidente Habibie a garantir o fiel cumprimento dos Acordos de Nova York e agir para restabelecer a ordem e a segurança em Timor-Leste.

Em setembro de 1999, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia manteve encontros com o atual Chanceler Ramos-Horta e com o então Ministro das Relações Exteriores da Indonésia, Ali Alatas, à margem da 53ª

Assembléia-Geral das Nações Unidas, tendo como pano-de-fundo o respeito à vontade popular timorense manifestada no plebiscito de 30 de agosto.

O Brasil apoiou a criação da UNAMET enviando a Timor-Leste cinco oficiais de ligação, seis observadores policiais e 19 peritos eleitorais. Uma missão parlamentar brasileira, integrada pelos Deputados Pedro Valadares, Paulo Delgado e João Herrmann Neto visitou Jacarta e Dili em setembro de 1999, havendo sido recebida por Xanana Gusmão e por D. Carlos Filipe Ximenes Belo.

A participação brasileira na INTERFET foi autorizada pelo Congresso Nacional em fins de 1999, o que permitiu o envio de um pelotão de militares do Exército brasileiro, que passou a integrar as PKF – Peace Keeping Forces – das Nações Unidas, situação que permanece inalterada até o momento.

Em fevereiro de 2000, o Ministério das Relações Exteriores incumbiu o Embaixador do Brasil em Jacarta de entregar a Xanana Gusmão carta, pela qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso o convidava a visitar o Brasil. Xanana Gusmão aceitou imediatamente o convite. O Brasil recebeu, sucessivamente, as visitas do Padre Filomeno Jacob, do Presidente Xanana Gusmão e do Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, todas ocorridas em março e abril de 2000. Em 1º de junho de 2000 começava a operar o Escritório de Representação do Brasil em Díli, que, em 20 de maio de 2002, se transformou na Embaixada do Brasil em Díli. Em 22 de janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e a Doutora Ruth Cardoso visitavam Timor-Leste para reafirmar nosso interesse em cooperar com o país e garantir o seu direito à existência.

O relacionamento bilateral, ainda no período imediatamente anterior à independência, teve entre seus fatos a visita oficial ao Brasil, em 4 e 5 de fevereiro de 2002, do então Administrador Transitório de Timor-Leste, Sérgio Vieira de Mello, que, em seus contactos com autoridades brasileiras, deu ênfase à cooperação nos terrenos da defesa, da educação, da saúde e da agricultura e da participação do Brasil na Força de Manutenção da Paz.

As relações diplomáticas entre o Brasil e Timor-Leste foram estabelecidas em 20 de maio de 2002, na mesma data da celebração da independência do novo país.

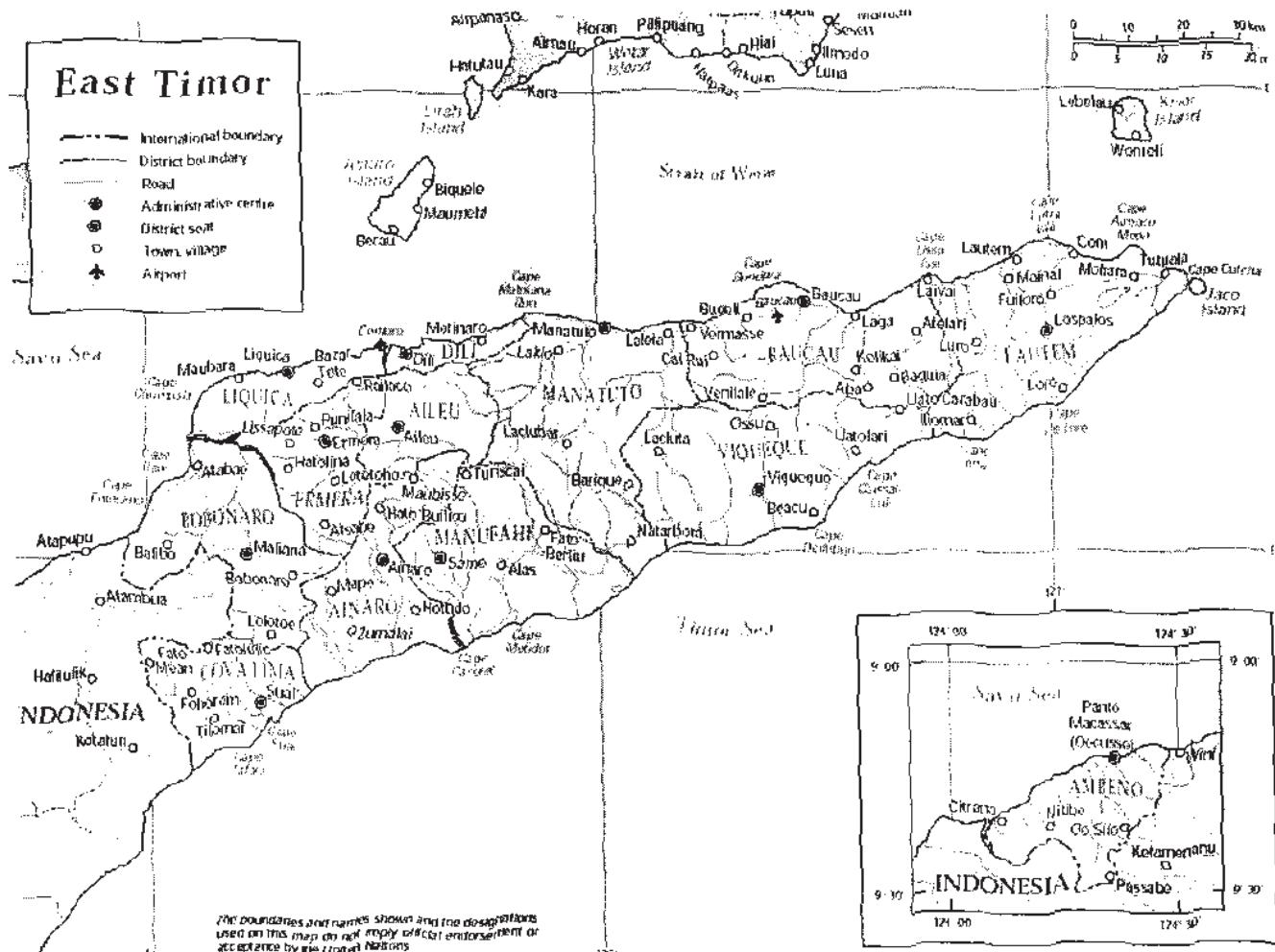
O Presidente Xanana Gusmão voltaria a visitar o Brasil, desta vez em caráter oficial, já como primeiro mandatário de seu país, às vésperas da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em julho/agosto de 2002. A visita bilateral teve brilho próprio, servindo para caracterizar um quadro de cooperação brasileiro-timorense aprofundada. No encontro da CPLP, Timor-Leste afirmaria sua vocação lusófona ao tornar-se o oitavo membro da Comunidade.

O Chanceler de Timor-Leste e Prêmio Nobel da Paz, Doutor José Ramos-Horta, realizou visita oficial ao Brasil nos dias 16 a 18 de fevereiro de 2004. Nos dias 13 a 15, esteve no Rio de Janeiro, em caráter privado, quando visitou a Senhora Gilda Vieira de Mello, acompanhado pela atriz Lucélia Santos. A comitiva do Chanceler timorense incluiu o Ministro da Agricultura, Florestas e Pescas, Estanislau da Silva, o Secretário de Estado da Defesa, Roque Rodrigues, e o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Nelson Santos. Ramos-Horta manteve encontros com o Chanceler Celso Amorim, com os Ministros da Defesa, Educação e Saúde e com o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça. Reuniu-se com os Presidentes do Senado e da Câmara e com os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa das duas Casas. O alto nível dos encontros mantidos por Ramos-Horta em Brasília revela o prestígio que tem a causa timorense no Brasil.

Destacou-se, no decorrer da visita, a realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil – Timor-Leste, em que se reviram os projetos de cooperação em andamento e se examinaram novas possibilidades de cooperação. A presença de altos funcionários do Itamaraty e dos demais órgãos e instituições envolvidas na cooperação com Timor-Leste traduziu a importância das relações entre os dois países. Abriram-se novas frentes de cooperação nas áreas da defesa, da educação, da agricultura e da saúde. Examinaram-se perspectivas de cooperação nos campos do meio ambiente e da organização eleitoral. Confirmou o início da cooperação nos setores da justiça e dos direitos humanos. Apresentou-se minuta de Acordo Cultural para o exame pela parte timorense.

A questão da língua portuguesa permanece um desafio, a que Brasil e Portugal são chamados a enfrentar junto com Timor-Leste, com o propósito de garantir a permanência do novo país como única nação lusófona na Ásia.

2. MAPA DE TIMOR-LESTE



Aviso nº 1.052 – C. Civil

Em 1º de setembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete á consideração dessa Casa o nome do Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Timor Leste.

Atenciosamente. –**José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 211, de 2004**, que “abre, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 211

Publicação no DO	8-9-2004
Emendas	Até 14-9-2004 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	8-9 a 21-9-2004 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	21-9-2004
Prazo na CD	de 22-9-2004 a 5-10-2004 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	5-10-2004
Prazo no SF	6-10 a 19-10-2004 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	19-10-2004
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	20-10 a 22-10-2004 (43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	23-10-2004 (46º dia)
Prazo final no Congresso	6-11-2004 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que foi constatada inexatidão material nos autógrafos do **Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 2004** (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 190, de 2004) que “institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, dá nova redação ao § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ao art. 2ºA da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, e dá outras providências”.

A inexatidão encontra-se no § 2º do art. 1º do Projeto, onde consta remissão ao art. 2º, parágrafo único, inciso VII, quando deve constar remissão ao art. 2º, parágrafo único, inciso VIII.

Uma vez que o Projeto de Lei de Conversão foi aprovado pelo Senado Federal na íntegra no dia 26 de agosto último e que se trata de inexatidão material cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria, a Presidência, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, determina a republicação do texto retificado do Projeto, a comunicação à Câmara dos Deputados e a remessa de novos autógrafos à sanção.

É o seguinte o texto que vai à sanção:

“Institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, dá nova redação ao § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ao art. 2ºA da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres do Ministério da Integração Nacional, o Auxílio Emergencial Financeiro, destinado a socorrer e a assistir famílias com renda mensal média de até 2 (dois) salários mínimos, atingidas por desastres, no Distrito Federal e nos Municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

II – renda familiar mensal média, a razão entre a soma dos rendimentos brutos auferidos anualmente pela totalidade dos membros da família e o total de meses do ano, excluindo-se desse cálculo os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda.

§ 2º O pagamento do Auxílio a que se refere o caput deste artigo será efetuado pelos agentes financeiros operadores, definidos pelo Poder Executivo nos termos do art. 2º, parágrafo único, inciso VIII, desta Lei, diretamente às famílias beneficiadas, observadas as resoluções do Banco Central do Brasil.

§ 3º O valor total do Auxílio a que se refere o caput deste artigo não excederá R\$ 300,00 (trezentos reais) por família e poderá ser transferido, a critério do Comitê Gestor Interministerial a que se refere o art. 2º desta Lei, em 1 (uma) ou mais parcelas, nunca inferiores a R\$ 60,00 (sessenta reais).

Art. 2º Fica criado, no âmbito do Ministério da Integração Nacional e sob a coordenação deste, o Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro, com competência para estabelecer normas e procedimentos para a concessão do Auxílio a que se refere o art. 1º desta Lei, na forma do regulamento.

Parágrafo único. O Comitê Gestor Interministerial a que se refere o caput deste artigo disciplinará, dentre outros assuntos:

I – os critérios para a determinação dos beneficiários;

II – os procedimentos necessários para cadastramento das famílias a serem atendidas;

III – o valor do benefício por família, observado o disposto no § 3º do art. 1º desta Lei;

IV – o prazo máximo de concessão do Auxílio;

V – as exigências a serem cumpridas pelos beneficiários;

VI – as formas de acompanhamento e de controle social;

VII – a oportunidade do atendimento; e

VIII – os agentes financeiros operadores para pagamento do Auxílio, que serão, obrigatoriamente, instituições financeiras federais.

Art. 3º As despesas com o Auxílio Emergencial Financeiro de que trata o art. 1º desta Lei correrão à conta das dotações alocadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Ministério da Integração Nacional.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Auxílio Emergencial Financeiro às dotações orçamentárias existentes.

Art. 4º Será de acesso público a relação dos beneficiários e o fato que deu causa ao respectivo Auxílio, concedido nos termos desta Lei, devendo ser divulgada em meios eletrônicos e em outros meios previstos em regulamento.

Art. 5º Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que dolosamente prestar informações falsas para recebimento do benefício será obrigado a efetuar o resarcimento da importância recebida, em prazo a ser estabelecido em regulamento, acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, e de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da data do recebimento.

Parágrafo Único. Ao agente público que concorrer para a conduta ilícita prevista neste artigo aplicar-se-á, nas condições a serem estabelecidas em regulamento e sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, atualizada anualmente, até seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 6º O § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.

.....
§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo aos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exceto quando se tratar de transferências relativas à assistência social.

..... ” (NR)

Art. 7º O art. 2ºA da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2ºA Ato do Poder Executivo disporá sobre as ações continuadas de assistência social de que trata o art. 2º desta Lei.” (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 20, de 2004-CN (nº 1394/GAPRE-2004, na origem), do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao primeiro semestre de 2004.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos.

A Presidência registra a presença na Casa do Senador Paulo Octávio, da Senadora Heloísa Helena e da Senadora Ideli Salvatti, a primeira oradora inscrita a quem vou conceder a palavra.

Tem V. Exª a palavra, Senadora Ideli Salvatti, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina. V. Exª dispõe de vinte minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos hoje, dia 8 de setembro, ainda com uma certa ressaca cívica depois das comemorações do dia 7 de Setembro. Foi um dia muito marcante, o da comemoração do Dia da Independência de nosso País, essa independência ainda tão relativa e que ainda precisa avançar muito em inúmeros aspectos, principalmente no que se refere à soberania de nosso País frente a tantas situações de opressão e de pressão até que os grandes países, as grandes economias, as grandes multinacionais ainda exercem com relação aos interesses do nosso povo.

Mas ontem foi um dia forte, marcante. Cerca de sessenta mil pessoas se reuniram na Esplanada dos Ministérios. Foi um momento sem incidentes, marcado pelo clima de harmonia, de felicidade e até mesmo de congraçamento cívico.

A comemoração do Dia 7 de Setembro é sempre marcada por uma retomada e até uma explicitação do amor que temos por nosso País, por este lindo País em que temos a satisfação de ter nascido. Creio que todos nós, brasileiros e brasileiras, temos a dimensão

exata de quão bem aquinhoados somos, por termos tido a felicidade de nascer neste pedaço do planeta Terra, por termos a oportunidade de vivenciar a riqueza cultural, o congraçamento das diversas etnias, culturas, odores, sabores e ritmos que se harmonizam neste País e formam o povo brasileiro.

A manifestação que lotou a Esplanada também se espalhou por todos os cantos do País. Foi interessante, porque, hoje, na imprensa, há uma série de manifestações, vários textos que apresentam todo esse espírito, essa atividade do dia de ontem sob a ótica do ufanismo, da manipulação, do espetáculo grandioso, triunfalista, como se resgatar a auto-estima, a valorização do País e do povo com quem temos o prazer de conviver não fosse importante.

Há uma retomada, sim, do sentimento nacionalista, o que acho importante. Ai do povo que não se sente povo, que não tem esse amor! O dia 7 de setembro foi, sim, de muita auto-estima, de busca, de afirmação, de reencontro do povo com sentimentos tão importantes. É dessa forma que vamos reconstruindo o sentimento de Nação, de nacionalidade, até por conta do clima positivo – inclusive em termos político-econômicos – que está posto no Brasil, neste momento.

Gostaria de relatar como o dia 7 de setembro foi retratado em diversos textos, que – creio – não condizem com o que vivenciamos em nosso País ontem, ou seja, com o que foi, na verdade, o dia 7 de setembro.

No entanto, aproveito esta sessão para discutir um dos aspectos que considero dos mais relevantes para o futuro do nosso País: as desigualdades regionais no sentido amplo, não só entre as diversas regiões do nosso País, mas em cada Estado.

Tive oportunidade de fazer um roteiro bastante extenso em meu Estado, durante cinco dias seguidos; passei por várias regiões e percebi que há diferenças. Santa Catarina, que é chamada de “Europa brasileira”, tem muitas características distintas – até por ter uma forte colonização alemã e italiana, além de um grande contingente afro-descendente – e um nível de desenvolvimento grande, significativo. No meu Estado, no tal “Estado do Sul maravilha”, na chamada “Europa brasileira”, as diferenças regionais são gritantes, e existem bolsões de miséria absoluta.

Em artigo publicado hoje pela **Gazeta Mercantil**, com o título “Enfrentar as desigualdades regionais”, são apresentados alguns dados e idéias que gostaria de citar, para fazermos um debate.

Um novo mapa da miséria no Brasil acaba de ser desenhado e mostra que, no período de 1970 a 2002, somente na Região

Sul, houve recuo significativo da proporção de pessoas situadas abaixo da linha de pobreza no conjunto da população. Esse contingente caiu de 15,35% para 6,57% nos três estados do Sul. (Sic.)

Volto a afirmar: apesar de ter diminuído o contingente de pessoas situadas abaixo da linha de pobreza no conjunto da população, trata-se da média. Como deve haver no Paraná e no Rio Grande do Sul, há bolsões de miséria bastante preocupantes em Santa Catarina.

Na Região Sudeste, a mais desenvolvida do País, a miséria diminuiu de 21,96% para 17,58% nesse período [de 32 anos], quando são expurgados os dados referentes ao Município de São Paulo.

Ou seja, retirando-se São Paulo, houve uma diminuição dos índices de pobreza.

Na maior cidade da América do Sul, a proporção de pobres aumentou de 14,03% para 19,64%.

Então, na Região Sudeste, como um todo, houve uma diminuição da pobreza, excluindo-se São Paulo, onde efetivamente houve aumento dos miseráveis, da população abaixo da linha da pobreza.

A pobreza também cresceu acentuadamente na Região Norte do País, saltando de 4,37% para 11,93% da população.

No Nordeste urbano, a pobreza manteve-se praticamente estável: de 38,54% da população, em 1970, a proporção de pobres evoluiu para 39,06% em 2002. Mas houve importante recuo da miséria entre a população rural dos Estados nordestinos: de 23,5% para 10,7%. Esse fato positivo é explicado pela abrangência maior da previdência pública no País, que garante condições de sobrevivência a milhares de famílias nas áreas rurais não só do Nordeste. (Sic.)

Eu não poderia deixar de destacar, Sr. Presidente, o papel de distribuidor e de transferência de renda que é a previdência pública, assim como o benefício da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas – para a população mais pobre do País.

Também devo citar o Estatuto do Idoso, que, tendo sido votado pelo Congresso, permitiu, com a redução da idade, que mais de meio milhão de pessoas com mais de 60 anos, sem nenhuma fonte de renda, passem a receber um salário mínimo. A demonstração

inequívoca do benefício está demonstrada, pois, no Nordeste: a população abaixo da linha da pobreza na área rural caiu de 23,5% para 10,7%.

Da mesma forma, a Região Centro-Oeste não registrou variação expressiva da pobreza no período: 5,22% em 2002, em comparação com 5,48% em 1970. Essa estabilidade da miséria contrasta com o vigoroso crescimento da região, impulsionado pelas atividades ligadas ao agronegócio. (Sic.)

Trata-se da discussão procedente de que, muitas vezes, o crescimento econômico não se transforma, automaticamente, em distribuição de riqueza. A evolução econômica da Região Centro-Oeste vinculada ao agronegócio é indiscutível. Ocorreu um *boom* econômico, e, portanto, não se justifica que os índices da miséria estejam estabilizados nesse período.

Com os dados apresentados nesse estudo, nesse mapa da miséria no Brasil, nos últimos 32 anos, seria muito importante, em primeiro lugar, reconhecer que este País possui uma economia capaz de dar respostas positivas aos estímulos corretos. Se determinada política pública é implementada adequadamente, com recursos definidos, com objetivos e metas claras, é muito provável que os resultados possam ser alcançados.

A discussão teórica – e política, pois há projeto que trata deste tema – sobre a implementação de uma linha de pobreza sempre deixou de lado o que é mais adequado para uma população historicamente excluída. Falo do debate entre o estrutural e o emergencial. Nesse sentido, vivemos num País em que há necessidade indiscutível de medidas estruturais, que garantam uma vida digna para toda a população brasileira. Todavia, é inegável que enfrentamos a urgência da adoção de medidas emergenciais que possam atender as necessidades básicas dos (ainda) milhões de excluídos de nosso País.

Então, ao detectar em sua pesquisa que houve melhorias nas condições de determinados segmentos e de determinadas regiões, o que se pode atestar é que o crescimento sustentado que hoje buscamos com tanta atenção e firmeza é, sim, um dos caminhos para a efetiva redução da pobreza em nosso País.

A pesquisadora Sonia Rocha, coordenadora de Projetos do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que “é impossível crescer de forma sustentada sem políticas públicas que permitam a redução da pobreza em níveis civilizados e o estreitamento do fosso que separa a minoria mais rica da maioria mais pobre”. Ou seja, é

inimaginável, é impossível, é inconcebível termos desenvolvimento sem que superemos as desigualdades sociais e as desigualdades regionais.

Em parte, é verdade. Ela tem razão. Mas é preciso considerar, neste debate, o que afirmou recentemente o Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração, Antônio Carlos Galvão: "O País viveu um movimento delicado na transição de governo. No início, o Governo Lula precisava ganhar fôlego, 'arrumar a casa', para poder voltar a funcionar num ritmo aceitável". Foi isso que fizemos no ano de 2003.

E mais: "O papel do Estado é propiciar as condições satisfatórias para que as sociedades e economias regionais possam organizar-se e explorar seus potenciais de desenvolvimento".

Há aqui uma mudança clara de visão quanto ao modo de enfrentamento do desenvolvimento regional, com naturais frutos para o combate à pobreza. Sabemos que a União – o Governo Central – não pode mais ser o ente único a dar respostas aos graves problemas regionais. Há que se definir uma política de desenvolvimento regional que tenha como resultado fundamental o desenvolvimento das regiões e a consequente melhoria de vida de suas populações.

Ao estabelecermos uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional estamos aliando seus objetivos às Políticas Sociais, de maneira que os resultados integrados de desenvolvimento econômico e de melhorias sociais possam ser alcançados. Isso é básico. E está sendo feito pelo nosso Governo!

É preciso deixar claro que dispomos hoje, em nosso País, de Fundos Constitucionais, que financiam as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com as taxas mais favoráveis que se encontram no País. Eles juntos somam R\$ 3,5 bilhões ao ano.

Estamos agora com a questão da Sudene e da Sudam já aprovada pela Câmara e aqui encaminhada ao Senado da República. Vamos avaliar, vamos reestruturar, reorganizar esta superintendência.

Na Reforma Tributária, também aprovamos, no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, não apenas recursos para as três Regiões que, historicamente, sofrem as desigualdades mais profundas. Mas incluímos neste Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional algumas regiões, fora as do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com situações graves de diferenças, como o sul do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, uma região do Espírito Santo, ou seja, Estados que têm no contexto, na média, um desenvolvimento regional acima, comparativamente com outras regiões

do País, mas no seu contexto interno de Estado, diferenças também marcantes.

Ouço, com muito prazer, o Senador Ney Suassuna, que inclusive foi ministro dessa área e sabe muito bem do que estamos aqui falando.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, vejo, com muita satisfação, V. Ex^a fazendo uma análise das ações de um Governo que está fazendo tudo para dar certo e está conseguindo resultados muito profícuos em muitas áreas. Hoje no Brasil não se pode deixar de dizer que estamos crescendo e a onda de crescimento se avassala cada vez mais. Todos estamos vendendo carros sendo importados, empréstimos nos bancos, enfim, todos os indicativos são de que estamos crescendo. Mas V. Ex^a toca num item a respeito do qual eu não podia deixar de aparteá-la: a Sudene e a Sudam. Dois organismos imprescindíveis e que abriram um horizonte novo para o Nordeste e para o Norte. Sei que quem é do Sul e Sudeste não tem idéia do que foram esses instrumentos naquelas regiões. Pegaram as regiões em estágio primário, praticamente sem indústrias, e as transformaram em regiões industrializadas. A Sudene então, na minha região, foi uma coisa incrível! A filosofia era outra, o governo era partícipe, era sócio. Agora, não, agora o Governo é uma agência que aponta e que pode emprestar de alguma forma – não é mais sócio – esses recursos. A verdade é que o Governo Lula tem o maior empenho de fazer, mas ainda não teve oportunidade. No ano passado, o Orçamento era péssimo; não deu para fazer. Este ano já passou na Câmara, aportou agora no Senado, mas precisamos saber de onde virão os recursos; não está indicada a fonte de receita. Fala-se que poderá ser tirada do Fundo de Desenvolvimento Regional; mas este Fundo já está tão ambicionado por todos os Governadores, já são tantas as outras áreas que olham para ele com cobiça, que penso que nós, aqui no Senado, vamos ter que nos debruçar e encontrar uma solução. Porque é muito importante para aquelas regiões Norte, Nordeste e, agora, Centro-Oeste, que sejam criados instrumentos de melhoria e de modificação econômica que possam igualá-las ao restante do País. Sei que este será um dever de casa que teremos que fazer e que o Governo tem todo interesse, agora que o Orçamento começa a ter algum alívio. Tenho certeza de que será um dever de casa a ser cumprido por todos nós nos próximos dias, logo após a eleição. Estarei atento. E peço a V. Ex^a que seja nossa parceira, embora more na região mais europeia do País, porque eu, que moro na região das mais pobres do País, sei o quanto é importante para o todo brasileiro, porque

não há um todo forte com partes fracas; a corrente é tão forte quanto o seu elo mais fraco, e nós haveremos de cumprir esse dever. Tenho certeza de que teremos do Governo todo o respaldo possível. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a e, desde já, deixo aqui a solicitação de ajuda, para que consigamos encontrar os recursos para a Sudene, Sudam e futuramente também para a Região do Centro-Oeste. Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Ney.

Depois da comemoração do dia Sete de Setembro, conscientes da realidade do País que temos que administrar, todos nós temos que ter bastante claro também que não haverá desenvolvimento sem que o todo se desenvolva; ou seja, que cada canto, que cada região se desenvolva. É por isso que brigamos. Somos plenamente favoráveis ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Conseguimos aprovar uma pequena parcela, mas que era fundamental ser incluída no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional exatamente para que mesmo as regiões consideradas mais ricas pudesse ter algum tipo de financiamento para atender as desigualdades regionais que também existem lá. Essas desigualdades existem no meu Estado, existem no Rio Grande do Sul, existem no Paraná, em São Paulo e em todos os Estados do Brasil.

Assim, estamos bastante comprometidos com essa questão da superação das diferenças regionais, sejam elas entre as regiões do País ou dentro das regiões de um mesmo Estado.

Existem diversas ações transversais atualmente entre o Ministério da Integração, Minas Energia, como, por exemplo, o programa Luz para Todos – não podemos nos esquecer de que temos mais de doze milhões de brasileiros que ainda não têm acesso, depois de quase um século e meio da descoberta da energia elétrica, a esse bem tão importante para qualquer desenvolvimento – e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, na questão da agricultura familiar. Não posso deixar de registrar, Senador Ney Suassuna, Senador Siqueira Campos, que tivemos, nesse último Plano Safra, uma grande alocação de recursos. Pela primeira vez, o Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar – se nacionalizou.

Há dez dias, fui destacada pela direção nacional do Partido para contribuir com as nossas campanhas no Piauí, cuja realidade é um exemplo concreto. O último Plano Safra do Governo anterior destinou 6 mil contratos a agricultores do Piauí, e, neste primeiro Plano Safra do Governo Lula, foram 90 mil contratos. Eram 6 mil, e agora 90 mil agricultores do Piauí pude-

ram ter acesso ao financiamento de custeio da agricultura familiar. Portanto, nacionalizamos o Pronaf, e esses recursos contribuem de forma efetiva para as regiões com dificuldades. Estes são, pois, exemplos de como estamos trabalhando, buscando uma sinergia de esforços e de resultados muito mais palpáveis – estruturados, duradouros e de longo prazo.

Portanto, estamos trabalhando de forma bastante objetiva, por exemplo, no projeto da transposição do rio São Francisco. Vem aí o orçamento: R\$1 bilhão está sendo destinado para esse projeto. É um compromisso do nosso Governo, que deseja sinalizar para o País que é por trás da definição por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional que vamos recuperar algo que, no Brasil, nunca foi muito bem desenvolvido: o planejamento territorial. O desafio é construir uma política adequada, que seja capaz de enfrentar as desigualdades regionais de forma objetiva.

Se assim procedermos, as questões sociais terão solução de forma não só mais rápida, como também definitiva. Não é nossa pretensão nos alongar indefinidamente em ‘ações assistencialistas’, que devem ser realizadas – naturalmente, em razão da gravidade do problema social –, mas sempre aliadas a um conjunto de medidas estruturais de erradicação da pobreza. É por aí que passa toda a nossa lógica de governo.

Voltarei a esse assunto em outra oportunidade. É um assunto delicado para ser tratado por alguém do Sul. Sabemos o quanto se acirrou a disputa entre os benefícios, e há aquela lógica de que o Sul sustenta o Nordeste. No entanto, durante séculos, o Nordeste sustentou o Sul. Foi exatamente o desenvolvimento que o Nordeste teve durante séculos, por meio da sua produção agrícola, que deu condição para que construíssemos esta Nação. Portanto, é necessário pôr fim à disputa entre as regiões e, pela solidariedade entre todos os brasileiros e brasileiras, construirmos esta grande Nação que tanto nos emocionou nas comemorações do 7 de Setembro ontem.

Agradeço, Sr. Presidente, e peço desculpas – passei um pouquinho da hora –, mas hoje é um dia relativamente calmo no Senado. Creio que não teremos grandes debates, e o tema que eu trouxe para esta tribuna é de interesse de todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, sobre Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba.

S. Ex^a, que fala por permuta com o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, dispõe de até vinte minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nobre Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, muita gente reclama da violência dos dias de hoje, e com razão. Realmente, quando vemos um caso como esse da Ossétia do Norte, onde centenas de crianças foram massacradas, pessoas explodidas e fuziladas, nos chocamos com tal barbarismo.

A violência, infelizmente, é um mal que tem acompanhado toda a humanidade. O que dizer, no passado, quando os víquingues invadiam as costas da Europa, saltavam de machado na mão, matando Deus e o mundo, levando as mulheres e os bens que podiam ser carregados? Foi uma violência que durou séculos. Ou das guerras entre os pequenos baronatos, em que o homem do povo não tinha paz? A história, portanto, está coalhada de problemas de violência. Lembro-me bem de uma batalha contra Constantinopla, em que povos oriundos da Europa Central mandaram cem mil soldados. Doze mil escaparam, mas os vencedores resolveram furar os olhos, em cada cem, de noventa e nove. Deixavam apenas um com olho, para levar de volta os soldados para o seu país.

Então, a violência sempre existiu. No entanto, creio que, com o advento da imprensa, passamos a sofrer mais. No caso da morte de Abraham Lincoln, por exemplo, a notícia levou doze dias para chegar à Europa. Hoje, sabemos dos fatos no mesmo momento em que acontecem e ficamos acompanhando, com toda tensão, como se lá estivéssemos, todo caso de violência.

Há a violência do terror que hoje assola as grandes potências, como os Estados Unidos, a Rússia e os países da Europa. Essa, graças a Deus, nós não temos. Nós temos a violência do crime organizado, violência menor, mas tão aviltante e tão horrorosa quanto a do terror. Mas somos ainda um País abençoado. É óbvio, Sr. Presidente, que temos de consertar o que está errado, mas acabei de passar na frente do Palácio do Planalto e fiquei imaginando que isso jamais poderia acontecer nos Estados Unidos, onde há um perímetro inteiro de segurança. Quando passei por lá, um caminhão baú passava na frente do Palácio do Planalto sem problema algum. Aquilo jamais poderia acontecer, com essa proximidade, nos Estados Unidos, pois um cidadão com uma bazuka poderia fazer voar pelos ares aquele Palácio, feito de vidros e madeiras,

e não haveria segurança. Mas, graças a Deus, não temos esse terrorismo.

O terrorismo que nós temos é aquele de que há poucos minutos falava aqui a Senadora Ideli Salvatti, oriundo das diferenças sociais e econômicas e, lamentavelmente, oriundo, também, dessa chaga que assola todo o mundo ocidental – e por que não dizer de todo o mundo? – que é o tóxico. Estamos sofrendo com isso e temos de enfrentá-lo. Como fazê-lo?

Talvez, o início, Sr. Presidente, seja começar pela polícia – começar a retreinar toda a nossa polícia, separando o joio do trigo. Não sou usuário nem de cocaína, nem de maconha, nem de nenhum outro produto tóxico, mas se eu sair, em Brasília ou em qualquer outra cidade brasileira, procurando, em menos de meia hora eu encontro pontos de venda de drogas.

Não posso entender, Sr. Presidente, como um policial treinado para esse fim passa trinta dias por mês, um ano inteiro, anos seguidos, e não sabe onde estão os pontos de venda ou quem faz o tráfico. É óbvio que temos de separar o joio do trigo, mas não vai parar aí. Temos também de saber quem está por trás dos narcotraficantes, porque é muito capital investido para a responsabilidade ser apenas de meia dúzia de moradores de morro. Precisamos também fazer uma legislação mais forte, buscando ainda cercear a lavagem do dinheiro oriundo do narcotráfico. Países como os Estados Unidos recrudesceram as suas legislações. Nós ainda não o fizemos. Esse seria o segundo ponto.

Mas e a nossa Justiça? Temos de acelerar os julgamentos e fazer a Justiça ser mais ágil no todo.

Outro dia, numa novela, Sr. Presidente, vi um cidadão dizendo que é mais fácil hoje você mandar matar uma pessoa – a apuração do crime vai ser tão postergada que o criminoso acabará não sendo preso – do que buscar uma outra forma de Justiça. Esses exemplos são citados cruentamente, às vezes na televisão, às vezes num debate, às vezes até numa novela. Fico pasmo de ver como as pessoas não confiam em nossa Justiça – por ser lenta, por ser extremamente burocratizada. O fato é que a Justiça precisa ser reformulada.

Esta Casa, neste momento, ocupa-se da reforma do Judiciário, que precisa ser concluída. Vamos concluir, se não na próxima semana, provavelmente no próximo mês, logo após as eleições – mas vamos fazer força para votá-la na próxima semana. Se Deus quiser, veremos a Justiça agilizada, por vários artigos, por várias novidades que estamos introduzindo, como, por exemplo, a súmula vinculante – tenho uma esperança muito grande de que ela promova a desburocratização

da Justiça – e algumas outras regulamentações que o próprio Supremo está fazendo. Acredito que vencermos esse problema.

Aí sobra o quê, Sr. Presidente? Sobram os nossos presídios. Não consigo entender por que ainda não temos presídios federais. Desde que sou Senador – já estou no segundo mandato –, ouço que eles estão sendo construídos, mas não vejo esses presídios federais concluídos. Precisamos ter alguns presídios mais seguros, presídios destinados a abrigar os bandidos que são o pior exemplo para a sociedade – há alguns que podemos enumerar.

Uma outra coisa que me chama a atenção é como nós, no Brasil, temos a propensão de transformar bandidos em heróis. A nossa imprensa tem o dom de pegar marginais que deveriam ser execrados e de transformá-los, em pouco tempo, em heróis ou em seres quase sobre-humanos. Essas pessoas, que atemorizam populações inteiras, devem ser isoladas. Não consigo entender por que tanta propaganda de figuras tão perniciosas.

A verdade é que, se esses aspectos que acabo de enumerar forem melhorados – o sistema prisional, a polícia, a legislação, o combate ao narcotráfico e, principalmente, a Justiça –, teremos o combate ao pior tipo de violência que conhecemos, que é o crime organizado.

É para nós motivo de tranqüilidade e até de felicidade não estarmos na rota do terrorismo. Deus queira que nela nunca entremos. Tivemos, antes da revolução ou no período mais negro da revolução, algumas bombas detonadas no Brasil. Eu era estudante nessa época e dizia: "Meu Deus, como pode alguém colocar uma bomba para atingir outrem que ele não sabe nem que é? Fazer isso só para chamar a atenção!?" Quando estudante, eu já recrimava isso.

Hoje li nos jornais e ontem assisti pela TV à barbarie que aconteceu na Rússia. Fiquei perplexo. Há algum tempo, eu e o Senador Suplicy fomos a uma região dessas. Fomos a Israel, com mais 24 Parlamentares convidados, para apoiar o processo de paz entre palestinos e israelenses, para ver como podíamos auxiliar no fortalecimento daquela idéia. Lamentavelmente, saímos de lá convictos de que a paz é impossível, porque o ódio é disseminado há muitas gerações e está de tal forma encruado, inserido no cérebro de cada um, que, provavelmente, não vamos viver para ver a paz naquela região. Que pena!

Saímos de lá um tanto quanto chocados. E saímos chocados porque verificamos que a violência lá é inexorável, é uma semente da pior qualidade plantada

na cabeça das crianças. Ouvimos isso dos explandores israelenses e chegamos mesmo a ver um filme mostrando uma escola onde já era enfiada na cabeça de cada um dos alunos essa semente maligna. É uma forma de perpetuar a violência: enfiar na cabeça das crianças os conceitos de violência, de ódio, de rancor e tudo o mais.

A razão do meu discurso de hoje, Sr. Presidente, é que vi, com muita tristeza, esse fenômeno ser repetido no Brasil, nas escolas do MST.

Nas escolas do MST – li hoje nas revistas da semana e em alguns jornais –, frases são incutidas na cabeça das crianças contra os que eles chamam burgueses. Lamentavelmente, estão sendo plantadas essas más sementes que, apesar de ainda terem pouca potencialidade, com certeza, irão se fortalecer se imediatamente não houver um protesto da sociedade. Nas escolas do MST, há treinamento das crianças pregando a violência e o ódio.

Sou a favor da reforma agrária. Acho que o País já a deveria ter feito há muito tempo, mas sou contra esse procedimento porque vi o resultado disso na região palestina – mais do que em Israel –, em um filme em que se mostrava o treinamento das crianças palestinas. Não se pode incutir na cabeça de uma criança a violência de forma tão brutal – e li na nossa imprensa um fato semelhante, razão do meu protesto.

Espero que o Ministério da Educação procure apurar isso. Espero que seja apurado pela sociedade esse fato e que, se for verdadeiro, seja inibido, porque, se verdadeiro, estaremos plantando sementes que não trarão para este País essa violência de que acabamos de falar: trarão uma violência mais grave, plantada em toda uma geração e sendo jogada daí por diante. Essa é a razão da minha colocação.

Espero que os órgãos competentes analisem esse material didático, verifiquem a veracidade desse fato e, se for o caso, coíbam isso para que, no futuro, não tenhamos em nosso País a violência comum do crime organizado, que também tem de ser inibida, tampouco violência como a que vemos na Rússia, nos Estados Unidos e na Espanha, que é a do terrorismo, que significa a degradação de toda a estrutura social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena, do PSOL.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu iria falar sobre

outra coisa, iria falar mais uma vez sobre a farsa da transposição do rio São Francisco e sobre a farsa da privatização enrustida das parcerias público-privadas, mas o Senador Ney Suassuna forçou-me a tratar de outro assunto. Digo isso ressalvando que S. Ex^a disse o que disse usando de um direito que lhe assiste. A propósito: quero dizer que sou uma democrata de carteirinha e festejar que ele, como eu, vivemos em um lugar onde podemos dizer o que queremos. Aliás, ninguém defende a liberdade como eu: se já a defendia antes, imaginem agora que fui expulsa do PT – dediquei os melhores anos da minha vida à construção desse partido e dele fui expulsa simplesmente porque queria continuar defendendo a minha visão de mundo e as concepções ideológicas e programáticas que acumulei na militância do que era o PT.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, vi-me forçada a comentar o pronunciamento de S. Ex^a – que, volto a repetir, tem todo o direito de fazê-lo – em relação às escolas de formação do MST.

Conheço várias escolas de formação dos movimentos sociais, não apenas do MST, mas da Igreja Católica – que é a Comissão Pastoral da Terra, que, da mesma forma que o MST, ocupa terra –, do MPL, do MLST, do MT, enfim, de quase quatorze movimentos que lutam pela reforma agrária no País, ocupando terras. E o fazem por algo muito básico.

Sabemos, o Senador Ney Suassuna e eu, independentemente das convicções ideológicas e da visão de mundo que tenhamos, que a reforma agrária é uma obrigação do Estado brasileiro, foi uma conquista da sociedade e foi uma resolução colocada na Constituição não por um ou outro esquerdista, não por um ou outro socialista, mas pelos constituintes. Assim, reforma agrária é constitucional e deve ser cumprida. Infelizmente, a reforma agrária acabou não sendo feita no Governo passado nem neste Governo.

Quando digo reforma agrária, não digo distribuição de terra. Distribuindo-se um pedaço de terra sem dar assistência técnica, infra-estrutura e subsídio agrícola, está-se fazendo com que essas pessoas ou a entrem para o político ou o latifundiário da região ou saiam de lá porque não têm sequer a quem esmolar.

Da mesma forma, sabe S. Ex^a que sempre os defendi, nesta Casa, muitas vezes inclusive. Aliás, no cínico memorial das contradições que levou à minha expulsão do PT, um dos itens era o debate da medida provisória em relação ao pequeno e médio produtor rural por quem sempre lutei aqui. O Brasil não faz política agrícola para quem não tem terra – para o sem-terra – nem para quem tem terra. Atualmente é maior o

número de famílias de pequenos e médios produtores rurais que perdem terra do que o número de famílias assentadas.

O Estado brasileiro é fraco, insensível e covarde e não faz reforma agrária como manda a Constituição. O limite do direito à propriedade é o interesse público, porque não plantar nada é o mesmo que plantar cocaína, papoula, maconha ou qualquer outro produto. Se não se planta, deve-se fazer reforma agrária. Capoeira e terra para especular os cristãos não defendem, nem os que são pelo Estado de direito.

O que vem acontecendo no Brasil? Em função de sua elite política e econômica inconsequente e insensível, o Estado não cumpria a lei e não fazia reforma agrária. O que aconteceu no mapa de reforma agrária? Só havia reforma agrária onde havia violência no campo ou ocupação de terra. Se o Estado fosse consequente, para plantar e para colher, ou seja, para utilizar todas as terras agricultáveis no Brasil, seria preciso nascer sem-terra. Não é à toa que apenas 14% das áreas agricultáveis do Brasil efetivamente produzem e, portanto, dinamizam a economia local, geram emprego e renda. No Brasil, para haver a reforma agrária era preciso haver ocupação; era preciso haver violência no campo para haver reforma agrária.

Não farei o balanço das vítimas da dor e do sofrimento e dos mortos, porque, para mim, é condenável que uma criança seja assassinada ou brutalmente espancada, seja ela de qualquer classe social. E, na balança dos mortos, o número de sem-terra, de pobres, excluídos e oprimidos é infinitamente maior do que o do outro lado da história.

O problema do Brasil é este: foi preciso haver violência no campo e ocupação de terras para que começasse a haver reforma agrária. Há uma frase histórica de João Pedro Stédile – às vezes até discutímos, porque ele defendia ardorosamente a própria política de reforma agrária do Governo, que, para mim, é de uma inconsequência gigantesca, pois não há política agrícola no Brasil – que considero extremamente importante: “Se querem acabar com o MST, façam a reforma agrária”. E reforma agrária, volto a repetir, não é distribuição somente de terra, mas também de renda, poder, infra-estrutura, subsídio agrícola e assistência técnica. Caso contrário, as pessoas não ficam lá sem ter a quem esmolar.

E entro no tema que V. Ex^a, com todo o direito, enfocou. V. Ex^a está reproduzindo algo que foi veiculado nos meios de comunicação, como já fiz várias vezes aqui em relação a notícias...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pois não, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Concordo, não com essa veemência, com quase 90% do que V. Ex^a diz: tem que haver reforma agrária. Ao passarmos pelos Estados, é vergonhoso vermos a quantidade de terras improdutivas. Essas terras tinham que ser distribuídas. O que eu disse, no entanto, é que nas escolas não deve ser ensinado às crianças um tema de ódio. E, se o dinheiro é do Ministério da Educação, é mais uma razão para o Ministério intervir, procurar fazer a educação – essas crianças têm que ser educadas, pois só a educação liberta – e evitar que haja o sectarismo violento. Veja que não estou dando como verdadeira ainda a informação, mas quero que ela seja apurada para vermos se é verdadeira. Se for verdadeira, que se coíba. É preciso que haja a educação regular que todos têm o direito de ter. O que não queria e não quero é a disseminação do ódio, porque isso não leva a nada. Vemos no Oriente Médio o que está acontecendo: um lado colocando na cabeça das crianças uma ideologia, outro lado mostrando-lhes outra ideologia, e, no final, não se chega a uma solução. Quanto à reforma agrária, tenha em mim um parceiro. Essa reforma já deveria ter ocorrido. É uma vergonha que há tantos anos estejamos tentando fazê-la e não tenhamos conseguido. Não se faz porque não se quer. Tinha que ter sido feita há muito tempo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Acalto o aparte de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna. Veja só uma coisa: também aprendi muito com meu processo de expulsão do PT, já que muitas vezes a paixão nos cega a ponto de não conseguirmos desvendar os mistérios sujos da alma humana. De repente, personalidades do Partido por quem eu tinha muito respeito e consideração – não digo que os endeusava, porque só adoramos a um mesmo – transformaram-se em qualquer um, iguais à fria e cínica elite paulista e à podre e truculenta oligarquia nordestina. Fizeram coisas imagináveis que nunca pensei que podiam fazer.

Assim, não tenho elementos para contestar os casos que foram analisados na revista, mas me sinto na obrigação – porque conheço – de apresentar um outro lado também.

Conheço muitas dessas escolas de formação e, inclusive, fui parte de muitas delas. Nunca vi esse incitamento ao ódio. Muito pelo contrário, o sentido de patriotismo, o sentido de pátria como o Brasil e da pátria América Latina, da irmandade entre os povos,

dos sentimentos mais belos de solidariedade humana, de fraternidade, sempre foi isso que vi e que me foi ensinado. A sociedade que cultiva o ódio é essa sociedade capitalista. É essa sociedade que corrompe o sentido humano das pessoas, que destrói as pessoas, que violenta e faz as pessoas violentas. É essa sociedade que coloca uma criança de oito anos de idade para ser olheiro da estrutura podre do narcotráfico e a ela paga com um sanduíche de mortadela ou com crack. É essa sociedade que empurra meninas de oito, nove, dez anos para vender o corpo por um prato de comida, que empurra a juventude para o narcotráfico como último refúgio. É essa sociedade podre capitalista que joga 60% do orçamento público para encher a pança dos banqueiros internacionais e esvaziar o prato, o emprego, a infância, a juventude e a dignidade de mães e pais de família! Essa é a sociedade que cultiva o ódio, essa é a sociedade que desumaniza, essa é a sociedade que corrói o caráter. É esse tipo de sociedade capitalista que hierarquiza, de forma perversa, ricos e pobres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, homens e mulheres. É essa sociedade que temos que condenar e não outras alternativas que estão sendo realizadas.

Então deixo aqui, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o meu testemunho em relação a muitas escolas de formação, que são dadas pela Igreja Católica, na Comissão Pastoral da Terra, pelo MST, pelo MLST, pelos nossos queridos companheiros do MTL, do MT e de vários outros movimentos que lutam pela reforma agrária, porque o Estado brasileiro é irresponsável, covarde, incapaz de enfrentar o latifúndio.

É por isso que todas as vezes que falo da reforma agrária lembro-me de uma frase belíssima de D. Pedro Casaldáliga, que dizia, num dos mais belos poemas de sua autoria: “Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas, que nos primem de viver e amar”**.

Deixo, então, registrado o meu testemunho sobre as escolas de formação que conheço. E não tenho dúvida de que a sociedade que expande e cultiva o ódio é essa sociedade capitalista, que hierarquiza, que exclui e que opõe uma grande maioria da população, para beneficiar uma minoria que muitas vezes nem produz, nem sabe o que o é o sangue, o suor, as lágrimas e o trabalho de produzir e apenas usufrui dessa produção.

Sei o que é uma ocupação de terra. Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, não é uma coisa simples. Nas fotografias e na televisão, até parece que é uma grande festa, uma grande farra. Não é nada dis-

so. A ocupação de terra é uma coisa dolorosa, trabalhosa, sofrida, de risco. Estou falando de ocupação de terra improdutiva, nas quais o Estado brasileiro devia fazer a reforma agrária, mas, como não tem coragem de enfrentar o latifúndio, não faz.

Já participei de ocupações de terra e sei o que é sair correndo no meio do canavial, da mata, da caatinga, fugindo de tiros de espingarda 12 mm. À noite, o frio é tão grande que parece que vai destruir os nossos ossos e, durante o dia, é um sol tão grande que ninguém consegue ficar nem embaixo da barraca nem fora. São crianças, mulheres, homens desesperados que lá estão buscando um pedacinho de terra para evitar que suas crianças fiquem na marginalidade.

Erros existem em todos os lugares, e é por isso o Estado brasileiro precisa cumprir a sua obrigação constitucional e fazer a reforma agrária.

Assim, sinto-me na obrigação de, mais uma vez, demonstrar a minha solidariedade a tantas ações extremamente importantes que, em vez de cultivarem o ódio, de reproduzi-lo, de corromperem o caráter, a dignidade, a humanidade das pessoas como faz essa sociedade em que vivemos, pelo contrário, estabelece, através do amor, da solidariedade, do exemplo de coragem e de liberdade, a partilha e a conquista de novos e melhores dias para o nosso querido Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Depois, voltarei a falar do meu querido rio São Francisco e da farsa da PPP, a privatização enrusteda do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Mozarildo Cavalcanti, Teotônio Vilela e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o § 2º, do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna desta Casa para parabenizar a Controladoria-Geral da União pela 12^a edição do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, que se realizou no último dia 11 de agosto, no Auditório da Caixa Econômica Federal (CEF) – Filial, no Setor Bancário Sul, aqui em Brasília.

Convém destacar que, na ocasião, foram sorteadas sessenta unidades territoriais municipais a serem fiscalizadas quanto à aplicação de verbas federais. O montante dos recursos públicos envolvidos chega a 230 milhões de reais. O programa tem como objetivo impedir a prática da corrupção entre os gestores de

todas as esferas da administração pública e procura envolver a sociedade na fiscalização e controle sobre a aplicação das verbas da União.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, com esse tipo de ação, a Controladoria-Geral da União utiliza um instrumento de fiscalização inovador, capaz de desestimular qualquer motivação de corrupção em todas as instâncias da administração pública.

A ação da Controladoria-Geral da União é simples. Trata-se do mecanismo de sorteio público para definição de regiões onde serão desenvolvidas fiscalizações especiais, por amostragem, com relação aos recursos públicos federais ali aplicados, por via dos órgãos da administração federal, diretamente ou por meio de repasse, sob qualquer forma, para órgãos das administrações dos Estados ou dos Municípios e quaisquer outros órgãos ou entidades legalmente habilitados.

Na avaliação da Controladoria-Geral da União, a eficácia da fiscalização por sorteio como instrumento contra a corrupção deve-se ao fato de que, mesmo não se encontrando irregularidades nas regiões fiscalizadas, o mecanismo estimula, entre os administradores públicos, práticas mais rigorosas de controle, para assegurar a honesta aplicação dos recursos públicos.

No que se refere aos sorteios, eles são realizados mensalmente pela CEF. Os critérios utilizados são os mesmos aplicados nos concursos das loterias, o que elimina qualquer tipo de suspeita. Além de toda essa lisura, a cada escolha, a Caixa faz questão de convidar representantes da imprensa, representantes de partidos políticos e de entidades representativas da sociedade que acompanham ao vivo o sorteio das regiões a serem fiscalizadas.

Antes de ser adotado oficialmente, o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos passou por testes experimentais para medir seu grau de eficiência. A primeira prova aconteceu em abril de 2003. Naquele ocasião, foram selecionados cinco Municípios, um para cada Região do País. O segundo teste aconteceu em maio de 2003 e foi mais abrangente. Dessa vez, o alvo principal foi a área territorial de um Município em cada Estado brasileiro. Após essas duas experiências piloto que atestaram plenamente a eficiência da idéia, o programa ganhou segurança e foi implementado com o sorteio mensal de 50 Municípios, com até 300 mil habitantes, nas diversas regiões do País.

Desde o seu início, 501 áreas municipais já foram sorteadas em todo o País. Nesse universo, mais

de 2 bilhões de reais passaram pelo crivo da CGU. Segundo o Ministro Waldir Pires, titular da Controladoria, até o final deste ano, a entidade pretende ampliar o programa, incluindo fiscalizações nas grandes obras públicas que estão em execução nos Estados. Além disso, a partir do termo de cooperação técnica assinado no último dia 11 de agosto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os dois órgãos passaram a fiscalizar conjuntamente a aplicação de recursos públicos nos Municípios com assentamentos da reforma agrária.

Outro dado importante é a parceria que está sendo firmada entre o MDA, a CGU e o Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas ao estabelecimento de ações conjuntas para combater o mau uso do dinheiro público por Prefeituras de Municípios com assentamento. O maior objetivo desse trabalho conjunto é a garantia de execução de um programa eficiente de reforma agrária, que quase sempre é inviabilizado pela prática da corrupção, e a busca do fortalecimento da agricultura familiar.

O próprio Ministro Miguel Rossetto admite que essa parceria é fundamental para o sucesso da política fundiária do País. Diz ainda que a maioria das iniciativas sob a responsabilidade do MDA necessita de atenção redobrada na fiscalização, devido ao grande volume de recursos envolvidos e aos inúmeros convênios que são firmados com órgãos estaduais, organizações não-governamentais e movimentos sociais. Apenas na área de capacitação, os recursos envolvidos chegam a cerca de 20 milhões de reais.

Objetivamente, em cada unidade administrativa selecionada, os auditores examinam as contas, analisam documentos, inspecionam as obras e serviços em realização e consultam a comunidade para saber sua opinião sobre a correta aplicação dos recursos públicos.

Eminentes Sras e Srs. Senadores, o maior mérito do programa é, sem dúvida alguma, a preocupação com a moralidade e com a ética no trato com os recursos públicos destinados à melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Nobres colegas, não podemos deixar de reconhecer que o atual Governo tomou a brilhante decisão de mudar completamente a orientação e a metodologia de trabalho da CGU, com o objetivo de promover uma integração mais efetiva das áreas de fiscalização/auditoria com as de Correição. Mais ainda, foi aberta uma

grande possibilidade de cooperação entre a Controladoria e os demais órgãos públicos. Aliás, é nesse quesito que se estabelece a parceria que acabamos de comentar entre a CGU, o MDA e o TCU.

Gostaria de terminar este pronunciamento lembrando que, em um Estado verdadeiramente democrático, os cidadãos são constantemente mobilizados para participar das decisões que afetam diretamente suas vidas. Assim, numa sociedade moderna, organizada e transparente, a fiscalização e a correta aplicação dos recursos governamentais, que são frutos dos tributos pagos pelos contribuintes, devem ser acompanhadas com muita atenção e com o conhecimento de toda a comunidade. Só assim conseguiremos impedir que um administrador desonesto faça mau uso do dinheiro público. Foi esse o propósito que motivou a criação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar a decisão da Polícia Federal de invadir as dependências do jornal **O Tempo**, na cidade mineira de Betim, sob o pretexto de estar cumprindo mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça diante de uma representação do Partido dos Trabalhadores. A acusação do PT era de que o jornal estaria publicando propaganda eleitoral irregular no tablóide Betim em Dia.

Após duas horas de buscas nas instalações da empresa, os policiais federais não encontraram nada e se retiraram. A medida, qualificada como truculenta, autoritária e desnecessária, atinge as instituições democráticas e reforça a impressão de cerceamento à liberdade de imprensa que o atual governo parece querer instaurar no Brasil.

Sr. Presidente, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal, requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

➤Para cumprir um simples mandado de busca, PF algema jornalista

A Polícia Federal entrou na quinta-feira 26 na gráfica do jornal *O Tempo*, na cidade mineira de Betim. Ela cumpria mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça diante de uma representação do Partido dos Trabalhadores acusando o jornal de publicar propaganda eleitoral irregular no tablóide *Betim em Dia*. O jornal *O Tempo* é de propriedade do deputado do PSDB

Vitório Medioilli.

A Polícia Federal exorbitou de sua função ao dar voz de prisão ao editor do jornal, Almerindo Camilo. Exorbitou também ao algemar o próprio editor e o diretor de redação, Teodomiro Braga. Mandado de busca não determina que se algeme ninguém. Mais ainda: o mandado de busca era para a gráfica, a PF vasculhou outras dependências. No final a polícia foi embora sem ter encontrado absolutamente nada contra os algemados. Ficou mal para ela e para o PT. Claro que isso não tem nada a ver com o clima de cerceamento à liberdade de imprensa que começa a ser instaurado no Brasil. Nem com a cultura do *teje preso*.

PF usa truculência ao dar buscas em O TEMPO e não encontra nada

Não à truculência

Com o pretexto de cumprir haver judicial de busca e apreensão – cujo objeto se revelou náuseante e desvirtuado –, as dependências de O TEMPO foram invadidas e, por algumas horas, ocupadas na tarde de ontem por policiais federais e uma equipe da justiça Eleitoral. Um gráfico foi coagido e equipes de reportagens impedidas de trabalhar durante do bloqueio de acesso ao jornal por oficiais armados com metralhadoras.

A operação, de maneira ajeitada e truculenta, logo se revelou desastrosa. Um jornalista de O TEMPO comprende sua representação hierárquica na Redação foi tratado como marginal. O editor geral Almerindo Cândido provia informações a um delegado sobre a legalidade da operação, indagando-o sobre a natureza do mandado judicial, quando recebeu voz de prisão.

Em uma ação marcada pelo trato bruto, os agentes da Polícia Federal invadiram a sede de quem tem as dependências do jornal O TEMPO, em Contagem. Eles cumpriram na noite de ontem a ordem expedida pelo juiz Marcondes Batista Ferreira, atendendo a uma representação da coligação Betim para Todos. Usando escudos e máscaras, os policias foram subir no setor da redação. A chefe do 316º Distrito Criminal, Ana Maria de Almeida, disse que os primeiros agentes se detiveram na cidade de Belo Horizonte, enquanto a sede do "Betim em Dia". No local, os federais responderam pelo jornal "é o maior crime dos engajados da Sempre Editora. Foram inúmeras horas e horas de violência", afirmou Nisea. "Foi ante a ação, funcionários do grupo foram vítimas de violência. O editor geral de O TEMPO, Almerindo Cândido, chegou a ser agredido."

Testemunhas complicam atropelador de criança

Quatro testemunhas serviram de base para o acusado de ter atropelado e morto a menina Flávia Costa, 2, anteontem, na avenida das Américas, em Belo Horizonte. As presenciamaram o acidente desse trânsito com o jornalista Eduardo Batista da Silva, que morreu naquela noite. O enterramento ocorreu ontem. Na ocasião, os pais pediram que o acusado saísse de lá com rigor. A mãe de Flávia disse estar "muito triste".

são, foi imobilizado e algemado. Em seguida, o diretor executivo Teoduto Braga também recebeu voz de prisão. Vários outros jornalistas da empresa foram ameaçados de detenção.

O gesto desabafa de intimidação e brutalidade, injustificáveis e chocantes em si, não ferem apenas a integridade de O TEMPO, um reflexo lastreado no exercício exemplar da liberdade de informar. Agressões como essas atingem a própria instituição democrática, permanentemente sob os olhos do Partido dos Trabalhadores, reforçando a liberdade de imprensa.

O TEMPO – fruto de uma era em que a nação se restituía a convívio com o Estado democrático de direito – responde visceramente ao ato de violência perpetrado contra seus profissionais e dependências físicas. E repudia toda tentativa – veja de onde vier – de encobrir sua missão de colaborar com o aperfeiçoamento das instituições sociais e o resguardo da ordem constitucional. O Brasil não é o Caipira.

Denúncia caluniosa

O deputado federal Vitorino Melo (PRB), presidente da Sempre Editora, anuncia medidas judiciais contra Maria de Carmo, autorizada a sair que resultou na invasão. "Serão tomadas medidas por denúncia caluniosa", afirma. Ele lembra que o militante induzido ao erro e a Polícia Federal a invasão da sede de O TEMPO foram fundamentais para a ação. "Isso deve ser punido, tanto os que sofreram o perigo do Conselho Federal de Jornalismo, que pretende dar legitimidade a isso."

Políticos vêm autoritarismo

A operação na sede de O TEMPO foi repudiada por lideranças políticas em Belo Horizonte. A medida foi qualificada como "desumilhante", "autoritária" e "desnecessária" por vereadores PSD no Senado. Arthur Virgílio, presidente da "Marcha autoritária" do PT, Almeida, respondeu ao seu的对象 de agressão, disse a imprensa. "Eduardo Braga, José Carlos Alvaro, Vitorino Melo, o senador Roberto, o senador Hélio Costa (PPS) – em uma visita de solidariedade ao jornal, presidente da formação, Costa se disse "estendido".

Mais um PM é preso por envolvimento com gangue

A Corregedoria da Polícia Militar do Rio investiga se há outros militares envolvidos em uma quadrilha que tentou assaltar a casa da filha do ex-deputado Eduardo Batista da Silva, que morreu naquela noite. O enterramento ocorreu ontem. Na ocasião, os pais pediram que o acusado saísse de lá com rigor. A mãe de Flávia disse estar "muito triste".

PF faz busca em jornal e algema diretores

Grafica de 'O Tempo', em Minas, é vistoriada por causa da suspeita de ter publicado propaganda eleitoral irregular

■ O DEPARTAMENTO FEDERAL fez ontem uma busca e apreensão na grafica do jornal "O Tempo", do deputado federal Vítor Medeiros (PSB), em Belo Horizonte. Dois diretores do jornal acabaram algemados: o diretor-geral, Almeidinha Genu, e o diretor de Redação, Tercenário Braga.

A busca foi determinada pelo juiz Wagner Butista Ferreira Machado, da 315ª Zona Eleitoral, devido de uma representação da Partido dos Trabalhadores. "O Tempo" está sendo acusado de imprimir o jornal "Prazer em Dia", supostamente clandestino, que estaria fazendo campanha eleitoral irregular.

O jornalista Betim em Dia está sendo usado clandestinamente para a prática de crimes eleitorais, indicou de que o autor desse conduta ilícita está usando as gráficas do jornal "O Tempo" para imprimir periôdi-

cos, seja por si próprio, pelos sócios ou "funcionários representados ou por outros", sustentou Ferreira Machado no despacho.

Ele determinou a apreensão de exemplares do "Bem em Dia", além de computadores e equipamentos de escritório, bem como o trânsito de segredo de todos os documentos da redação, elaborados, impressos e distribuídos até o dia 1º, em referência à PEC 106, que instituiu a regras de transparência e responsabilidade das candidaturas.

Almeidinha Genu e Tercenário Braga foram algemados.

"Fui para ver o monologado, mas o delegado me deu voz de prisão e fui algemado. Nada foi apreendido. O mandado era para buscas na grafica, mas vistoriaram outros departamentos e encontraram gavetas."

O deputado Vítor Medeiros disse que a ação foi armada politicamente.

■ O juiz determinou que a ação policial fosse realizada dentro desse jornal, que é clandestino. Essa é a única maneira de evitar a dispersão da prova, e evitava que o caso fosse constrangimentos.

Após duas horas de buscas, nada foi encontrado.

Os policiais federais não encontraram nada e foram avisados quase duas horas depois de vistoriar a grafica do jornal "O Tempo". Ninguém foi preso. Os documentos de Almeidinha Genu foram liberados pouco antes da saída dos policiais da grafica.

O diretor-geral da PF, Pedro Cunha, rebateu as críticas de que a polícia tem competências e disse que a PF cumpriu sua ordem da Justiça Eleitoral.

"Estamos cumprindo uma ordem. É importante saber se a motivação para a diligência é legal e se a ordem foi cumprida dentro dos tempos legais. ■

► NA BOCA DA URNA

Tropas em eleição no Pará

■ O Tribunal Regional Eleitoral do Pará aprovou ontem a solicitação de alvenaria de tropas federais feitas por juízes de comarcas que abrangem 56 municípios paraenses para garantir a segurança das eleições no estado. As solicitações já foram encaminhadas ao Tribunal Superior Eleitoral, com grandes possibilidades de que sejam deferidas, por causa do histórico de violência verificado nas eleições paraenses. Na última disputa, candidatos a prefeito e vereadores foram assassinados nos municípios de Guré e Santa Luzia do Pará, e em Viseu houve seis assassinatos diretamente relacionados à disputa eleitoral.

• PORTO ALEGRE

O PMDB denunciou ontem ter tido mais 11 feridos agredidos em dez pontos de Porto Alegre. Antes disso, ontem, uma briga envolveu um grupo de 30 a 40 militantes do partido e do PT deixou 11 feridos. Segundo pedido do PMDB, as agressões também partiram do PT e foram denunciadas ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal Regional Eleitoral. O PT alega que não tem qualquer responsabilidade pelo ocorrido e diz que seus militantes é que foram constrangidos.

• RIO DE JANEIRO

O Conselho Regional Eleitoral (CRE) do Rio apresentou ontem uma ação eleitoral contra o PT, o PTB e um clube esportivo gaúcho. Na noite de ontem, quatro candidatos a vereador e um candidato a deputado estadual estrelaram para ferimentos nas das plásticas com propaganda. Segundo o CRE, a estruturação e organização dos ferimentos são permissionários municipais. Nas academias — uma no Recreio dos Bandeirantes e uma no Flamengo — havia propaganda de candidatos a vereador.

RIO DE HISTÓRIAS Leticia Helena

Letter to a Hetero

O encontro de Vargas, Cabral e São Sebastião

1) que Pedro Álvares Cabral, Getúlio Vargas e São Sebastião? Na sua sétima caixa, intitulada do Rio, os três acabam se encontrando na Grota. O primeiro a receber tempos homenagem por lá foi Cabral, que organizou escavação do esculhabeto Redondo. Desembolado em 1940. Durante décadas, o desabrochar do Brasil dominou a paisagem do canteiro, dirigindo-a para a zona sul. Mas, começaram as obras do Aterro do Flamengo, a região foi removida até o Cabral, quem eleira foi porar numa sua lateral — lá ficou, estô colado à estação do metrô. Virouvento isso, em 1965, com um novo paisagismo. São Sebastião, padroeiro da cidade, virava estátua na Praça dos Russel. Um reinado de menos de 40 anos, ao lado do santo, a prefeitura ergueu um memorial para vinte

— O memorial para Vargas.
— Quando a estação de Cabral foi instalada na Ciléria, era um ponto nobre na cidade — expôs o historiador Milton Teixeira. — Depois, mui logo em di quebra e malvou-

ficando num canto. O mais engraçado é que Vargas, ateu convicto, estará ao lado de um santo e justamente do padroeiro dos praticantes de tiro ao alvo — completa ele.

A falta de prestígio de Cabral combina com a forma de pésrio do navegador. A tumba de Cabral ficou pendente em Portugal por mais de 300 anos e só foi instalada em 1934 pelo brasileiro Francisco Adolfo de Mattos Barreto. Em 1903, o túmulo foi aberto e, para espanto dos portugueses, continha oito esqueletos — provavelmente de Cabral, sua mulher e seus filhos. Foi enterrado monachicamente ossada, que veio para o Rio e foi sepultada na igreja de Nossa Senhora do Carmo, na Praça XV, a antiga Sé onde está até hoje. O ossário

esta ate hoje. O sossego durou pouco. Nos anos 70, a igreja perdeu o posto de reais importante da cidade para a Catedral Metropolitana. Consagrada a São Sebastião,

Bombas para explodir o regime

- Há exatamente 24 anos, duas famílias espalharam rum no Rio ao celebrarem a implosão da ditadura. A primeira, liderada por oAB, matou a fundadora Leda Monteiro da Silveira, sua segunda carteira de identidade, envolvida para o vicesessor. A outra, formada pelos filhos de Farroupilha, matou o assessor José Roberto Ribeiro. Foi o começo de uma série de 40 ataques à classe política feitos por grupos paramilitares entre 1964 e 1985.

Os campeões Maria e José

- Los nombres más comunes entre los 1.143 candidatos a vicegobernador fueron Ricardo María y José. Esta divulgación pefó en el Regional Electoral incluyó 11 José y 30 Marías. Sin embargo, estos Carlos, 1000 y 1001, fueron los más

CNBB pede debate sobre projeto de Biossegurança

Biscois querem que discussão sobre transgêneros e uso de cintas-tranco em pesquisa seja separada

EMBASSEY, o presidente da conferência Nacional dos Pastores do Brasil (CNPB), Tomás Gómez Marzála, pôde entregar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade da formação em fase final de ameaçado no Senado. A CNPB promoveu o Congresso separado a discussão das transições de direitos humanos para posteriormentes. Muitas das propostas de treinamento, os membros do Conselho Episcopal Pastoral da CNBB analisaram em seminário encerrado sete meses atrás outros projetos de tramitação. Entre eles, o projeto de Constituição Federal do jornalismo, sobre o qual não se definiaram nem concordaram. A CNBB havia sugerido

a pedir aos parlamentares que acelerem a discussão sobre os transgênicos e as pesquisas com celastrolíndolo.

Por um lado, a forma e o conteúdo por si mesmo devem ser apreendidos as implicações dos elementos transgênicos. Lemos coisas que podem ser facilmente preenchidas e devemos também enfrentar as perspectivas de impactos ou tratamentos para doenças raras. Neste contexto da realidade biotecnológica, a reflexão acordada é da de "criar seu próprio espaço", diz a declaração. "Um resultado básico é que os humanos, a sua rede e o ambiente em que vivem são completamente transformados, esta carregada de interpretações éticas e cheia de interrogações científicas".

VARGAS AGOSTO DE 54

‘Getúlio morreu nos meus braços’

Tancredo contou, em 1978, que viu presidente agonizando após o tiro.

Jorge Bastos Moreira
- Brasília - Em 1978, o deputado
senador Tarciso Neves festejou
seu aniversário de 24 anos
com uma festa no Clube do
Cassino. No depoimento, Tarciso
Neves, na época membro entre
os mais jovens da bancada, lembrou
que havia anos nascido no período. Ele
estava agradecendo ao seu amigo e de
sasculha que o convidou.

Isidro Alzina
Isidro Alzina foi ministro da justiça de Vargas nos 31 anos de ditadura. Nos 15 anos que compôs o grupo mandatário de deputado federal, a função de primeiro-ministro no governo João Goulart e prestes a assumir a cadeira de senador.

der. Tameneto disse que a
mente do presidente Vargas
foi o fato mais marcante de
toda a sua vida política.

Queda de Jango e cassação de JK fatores marcantes
A deposição do presidente Jânio Quadros, que cassou o seu mandato, e a queda do presidente Kubitschek, que cassou os outros dois presidentes daquele período, foram os principais fatores que levaram ao fim da era Vargas. Como Edson do Penteado, da Folha de São Paulo, escreveu: "O Brasil não pode mais ser governado a meia-mola do lado de dentro". No caso da cassação de JK, não foram os dois principais deputados que conseguiram derrubar o presidente, mas sim os deputados estaduais, que estavam atentos à menor hora, a noite, à discussão da reforma tributária.

ta de Tancredo Neves, falecida em 1978, sobre a tragédia de Getúlio e o que vive e viveu naquela madrugada do 20º aniversário:

bras. No meu retorno ao parlamento eis que me encontro com o mercante de toda a minha vida, da publica e privada, a maior parte das quais é de sua responsabilidade. Ministro da justica, vivemos a maior dia da tragedia que o Brasil viveu, e que é a maior tragédia que temos defesa da sua honra. Getúlio morreu no seu leito, mas não sem lutar. Quem entendeu da sua morte, quarto cenário da maior tragedia, a maior ameaça à liberdade, a maior ameaça à democracia, com seu corpo pendurado em sua

que permanecem na floresta.

NO GLOBO ONLINE:
www.noglobo.com.br
www.noglobo.com.br/online
www.noglobo.com.br/online
www.noglobo.com.br/online

Section 10.10: Summary

NO GLOBO ONLINE:
www.globo.com.br
www.teleshow.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O retrocesso democrático”, de autoria do advogado Ives Gandra Martins, publicado no **Jornal do Brasil** do último dia 26 de agosto.

O artigo confirma que o desempenho do governo Lula é marcado pela tentativa de se estabelecer no país um modelo de governo e de Estado baseado no controle da sociedade, por meio da implantação do que se poderia chamar de “direito autoritário”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo em anexo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal do Brasil, 26 de agosto de 2004

O retrocesso democrático
Ives Gandra da Silva Martins*

A proposta da criação do Conselho Federal de Jornalismo levanta, pela primeira vez, em âmbito nacional, a discussão sobre a existência, no governo Lula, de um projeto para reduzir o Estado Democrático de Direito, no Brasil, a sua mínima expressão.

Tenho para mim que existe um risco concreto de estar sendo envidada uma tentativa de impor um controle sobre a sociedade, se possível com a implementação de um “direito autoritário”, desrespeitando até mesmo cláusulas pétreas da Constituição.

De início, quero deixar claro não considerar que o governo federal esteja agindo de má-fé, ao pretenderem seus integrantes impor uma república de cunho socialista, visto que nunca esconderam suas preferências, quando na oposição, pelos caminhos de Fidel Castro, de Chávez e da ditadura socialista chinesa. Prova inequívoca é o tratamento absolutamente preferencial que dão ao ditador cubano.

O que estão pretendendo impor é apenas o que sempre pregaram – embora não tenham sido eleitos para implementar programa com esse perfil. Tenho-os, entretanto, por gente de bem, que acredita num projeto equivocado de governo e de Estado – ou seja, num modelo a ser desenvolvido

sob seu rigoroso controle, se possível sem oposição, que deve ser conquistada ou eliminada.

Como primeiro passo, sinalizaram que adotariam a economia de mercado, com o objetivo de não assustar investidores nacionais e internacionais, e desarmaram resistências, escolhendo uma competente equipe econômica, que desempenha papel distante dos moldes petistas, mas relevante para manter a economia em marcha e assegurar investimentos externos. É a melhor parte do governo.

A partir daí, todos os seus atos foram e são de controle crescente da sociedade. Passo a enumerar os sinais que justificam os meus receios:

1) MST – Trata-se de um movimento que pisoteia o direito, desobedecendo ordens judiciais, invadindo propriedades produtivas – muitas vezes, destruindo-as – e prédios públicos. Embora seu principal líder dê-se o direito de chamar o ministro Palocci de “panaca”, recebe passagens grátis do governo para pregar a desordem e a subversão. O ministro da Reforma Agrária, que o incentiva, diz, todavia, que o fantástico número de invasões – o maior que já se verificou, na história do país – é normal. Esse senhor, que saiu do MST, apóia abertamente as constantes violações da lei e da Constituição. A idéia básica é transferir toda a terra produtiva para as massas do MST.

2) Judiciário – A reforma objetiva calar um poder incômodo, que, muitas vezes, no exercício da sua função, impõe limites ao Executivo. Por isto o governo defende o controle externo desse poder, quando não admite a imposição de controle semelhante para outras carreiras do Estado, como, por exemplo, a Receita Federal e a Polícia Federal.

3) Jornalismo – O Conselho Federal do Jornalismo não objetiva outra coisa que calar os jornalistas, visto que hoje já há mecanismos legais (ações penais e por danos morais) para responsabilizar os que comentem abusos no exercício da profissão.

4) Controle da produção artística – Como na Rússia e na Alemanha nazista, pretende o governo controlar a produção artística, cinematográfica e audiovisual.

5) Agências reguladoras – Pretende-se suprimir a autonomia que a legislação lhes outorgou, para atuarem com base em critérios téc-

nicos, e submetê-las mais ao controle do chefe do Executivo e menos dos ministérios, como se pode constatar dos anteprojetos que a imprensa já trouxe à baila.

6) Energia elétrica – O projeto é nitidamente reestatizante.

7) Reforma Trabalhista – Pretende-se retirar o poder normativo da Justiça do Trabalho, reduzindo a força de um poder neutro.

8) Sistema “S” – Estuda-se, nos bastidores, retirar dos segmentos empresariais as contribuições para o Sistema “S”, que permitem que Senai, Sesc etc. funcionem admiravelmente na preparação de mão-de-obra qualificada e recuperação de jovens sem estudo, com o que se retirará parte da força da livre iniciativa, representada pelas CNA, CNC, CNI e outras, de reagir a regimes autoritários. A classe empresarial ficará enfraquecida, se isto ocorrer.

9) Universidade – O fracasso da universidade federal está levando ao projeto denominado “Universidade para todos”. Por ele, revoga-se, mediante lei ordinária, a imunidade tributária outorgada pela Constituição, retirando-se das escolas privadas – que fazem o que o governo deveria fazer, com os nossos tributos, e não faz – 20% de suas vagas. Como essas escolas já têm quase 30% de inadimplência, o projeto é forma de inviabilizá-las ou transferi-las para o governo.

10) Sigilo bancário – Embora haja cláusula imodificável, na Constituição, assegurando que o sigilo bancário só pode ser quebrado mediante autorização judicial, há projeto para permitir à Polícia Federal a sua quebra. Se ato desse teor for editado, terá, o governo, até as próximas eleições, acesso aos dados financeiros da vida de todos os cidadãos brasileiros, o que lhe permitirá um poder de fogo e de pressão jamais visto, nem mesmo durante o período de exceção militar.

Poderia enumerar outros pontos.

Não ponho em dúvida, volto a dizer, a honestidade dos integrantes do governo, até porque conheço quase todos, sou amigo de alguns, e estou convencido de que acreditam que essa é a melhor solução para o Brasil. Como eu não acredito que seja – pois entendo que nada substitui a democracia e que qualquer autoritarismo é um largo passo para a ditadura – e como não foi esse o programa de governo que os levou ao poder, escrevo este artigo na esperança de levar pelo menos os meus

poucos leitores a meditarem em se é este o modelo político que desejam para o nosso país.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, comemorou-se, no dia primeiro do corrente, o Dia do Profissional de Educação Física, para quem dedicamos este discurso com a convicção de que seu papel formador no processo civilizatório do País é de decisiva relevância. No cumprimento inflexível de tal objetivo, devemos saudar, igualmente, os cinco anos de criação do Conselho Federal de Educação Física (Confef), ao longo de cuja existência muito se fez para a disseminação da prática desportiva no Brasil inteiro.

Diante das realizações do Conselho, as declarações indicam a expansão e a prosperidade de uma área que somente tem somado vitórias.

A educação física se instalou, no Brasil, ainda durante o Império, quando a atividade firmou espaço nas leis e decretos sobre o campo desportivo. À época, seu maior incentivador corporificou-se na pessoa do eminentíssimo Rui Barbosa, a quem se atribuem reforçados pareceres em prol dos valores das atividades físicas, e para quem se destinou o justo título de patrono da disciplina.

Ao final da segunda metade do século dezenove, os alemães introduzem a ginástica e os exercícios físicos no Brasil, fundando as primeiras sociedades de ginástica, como foi o caso da União de Ginástica Alemã em 1888, em São Paulo, e, quatro anos depois, o da Sociedade Turnerbund, em Porto Alegre. Em 1909, a missão militar francesa instaura a primeira escola de Educação Física no Brasil, denominada Força Pública de São Paulo.

No início dos anos oitenta, no século vinte, um grupo de notáveis intelectuais da Educação Física brasileira assinou a denominada “Carta de Belo Horizonte”, com o propósito de demonstrar uma reação concertada contra o regime militar, contra o autoritarismo da ditadura. Em 1989, com a abertura política, parte significativa dos intelectuais da área endossou um importante documento, estabelecendo novas diretrizes para um “esporte comprometido com a educação”.

Em suma, é inegável a dimensão e a força que a Educação Física adquiriu no Brasil nas últimas décadas, culminando no reconhecimento constitucional da atividade desportiva quando da Constituinte de 1988. No artigo 217 da Carta Magna, estabeleceu-se que ao Estado compete fomentar práticas esportivas como direito de cada um, estimulando o desenvolvimento de habilidades motoras, atitudes, valores e conhecimentos.

Há exatos seis anos, em setembro de 1998, promulgava-se e sancionava-se a Lei nº 9.696, que especificamente regulava a profissão do educador físico no País,

depois de um longo e amplo debate público. Além disso, previa a criação do Conselho Federal de Educação Física e de seus análogos nas esferas regionais. Três anos mais tarde, a Lei nº 10.328 introduziu, por fim, a palavra “obrigatório” após a expressão “curricular” constante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, nos seguintes termos: “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica...”.

Mais recentemente, em 2003, foi criada a Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física, destinada a incrementar a inserção de uma política de valorização da prática desportiva no Brasil, seguindo as especificidades de cada modalidade. Ao propor as adaptações necessárias na legislação vigente, em especial na área tributária, a Frente enfatiza a urgência de haver mais empresas proporcionando atividade física, oferecendo maior qualidade de vida à população brasileira. Mais que isso, insiste no compromisso do Estado com os benefícios de uma educação física popularizada, mais acessível e moderna, envolvida com o aperfeiçoamento dos meios de formação da saúde.

Atualmente, o número de associados do Conselho alcança a marca de aproximadamente um milhão e duzentos mil em todo o Brasil, compreendendo profissionais de Educação Física, estagiários e instituições agregadas, tais como academias, clubes, spas etc. Diante do volume nada inexpressivo de associados, vale acrescentar que tal fatia mercadológica é composta de um público formador de opinião de incontestável preciosidade, que aos poucos se aglutina na busca de seus direitos e de melhor qualidade de vida.

Nesse quadro, são visíveis as articulações e movimentos da categoria nos últimos cinco anos, no sentido de organização e melhorias para a atividade física. Sem sombra de dúvida, a busca pela melhoria da saúde tem pautado todos os discursos da mídia, acompanhando crescente interesse por cada detalhe técnico e tecnológico envolvendo o mundo desportivo. De fato, não há um dia sequer em que não se redija uma linha na imprensa, escrita ou televisiva, sobre a importância da atividade física no processo contemporâneo de preservação da qualidade de vida.

Em Roraima, por exemplo, a licenciatura plena em Educação Física do Centro Federal de Educação Tecnoló-

gica (Cefet) não poupa esforços em preparar o acadêmico para ocupar o lugar do agente inovador e transformador da educação desportiva. Além de proporcionar uma sólida cultura geral com preparo técnico-didático-pedagógico, o Cefet enfatiza o embasamento científico-humanístico do conhecimento, na perspectiva de uma educação física responsável, competente e de qualidade para todos.

Para encerrar – Sr. Presidente –, cabe comentar a expansão mercadológica excepcional de que se valeu a Educação Física no Brasil, estendendo-se desde a tradicional área do magistério, da preparação física, até a recreação especializada em meio de comunicação de massa, o planejamento de equipamentos e espaços para atividades desportivas. Por isso e por tudo que a educação física tem feito para o crescimento e a robustez do País, congratulamo-nos com todos os profissionais da área, ressaltando, uma vez mais, o papel da Confeff na conquista de um Brasil vigoroso e saudável.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado nesta tarde para fazer o registro de artigo intitulado “Desassistência : na cheia e na seca”, de minha autoria, publicado no **O Jornal**, de Maceió, Edição de 3 de agosto do corrente ano, em que faço comentários e críticas sobre a ausência do atual governo, do Presidente Lula, por ocasião das intensas chuvas que castigaram o nosso sofrido Nordeste, notadamente em Alagoas, que causaram inesperadas e graves enchentes.

Novamente, a falta de assistência do governo do PT é um agravante inaceitável e piorou sobremaneira os efeitos de mais esse flagelo que nos atingiu.

Para conhecimento da Casa e registro nos Anais, é que solicito que o referido artigo seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha para dizer neste momento.

Obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Desassistência: na cheia e na seca

"O alagoano sai dos dois flagelos sem assistência"

Teotonio Vilela Filho

E senador por Alagoas

As chuvas deste ano, as mais fortes em 90 invernos, têm pontos comuns com a seca do ano passado, a maior dos últimos 33 verões, apenas comparável às de 1958 e 1970. O que a seca de ontem e as enchentes de hoje têm em comum não está no clima, está no Governo. Ou na ausência de Governo. O alagoano sai dos dois flagelos sem assistência.

Lembro que no último desses invernos de enchentes em Alagoas, o próprio presidente da República sobrevoou comigo todas as regiões atingidas. O socorro federal veio de imediato. Mesmo paulista, Fernando Henrique tem uma sensibilidade que hoje parece muito rara. Neste ano, apesar dos 24 mortos, 3 mil desabrigados e R\$ 13 milhões de prejuízos só em Maceió, nem tivemos presidente, nem ministros, apenas promessas tardias que não se efetivaram.

Na seca do ano passado, tudo foi muito parecido, embora com alguns detalhes que denunciam a insensibilidade dos atuais burocratas. Só depois de muito pedido, o governo saiu do imobilismo. Autorizou a contratação de 90 caminhões-pipas, sob o comando do Exército.

Nossos bravos soldados saíram de casa em casa, levantando a necessidade de consumo pessoa a pessoa, detalhe a detalhe. Pense nos relatórios tão volumosos quanto inócuos, mas o que fazer? Os caminhões eram poucos, quase nada

para atender a mais de 2/3 dos nossos municípios, mas em compensação todos estavam equipados com GPS, para localização por satélite e rastreamento direto do Gabinete do Ministro da Segurança Alimentar. Tudo isso, segundo o noticiário, para evitar desvios de rota e combater a famosíssima indústria da seca. Pense na evolução...

Controlamos direitinho o roteiro dos caminhões. Pena que não havia água. No distrito de Cruzes, em Coité do Nóia, havia apenas 8.500 litros de água para mais de mil moradores. Cerca de seis litros por pessoa, duas vezes por semana.

Ao que parece, a distribuição d'água parecia um detalhe secundário, porque o essencial, pelo tom do noticiário, era combater a corrupção, como se uma coisa tivesse a ver com a outra. Na seca de 70, quando o combate à corrupção virara obsessão de governo, no segundo semestre havia frentes de trabalho e caminhões-pipas em todo o Nordeste: mais de um milhão de alistados. A omisão do ano passado tem consequências que tão cedo não se corrigirão.

Os registros sanitários falam por si: 63 municípios de Alagoas superaram, no ano passado, as marcas de mortalidade infantil de 2002. Na prática, perdemos em doze meses muito do avanço social dos últimos oito anos.

Esses índices de mortalidade, que,

em Alagoas, estavam consensualmente entre os mais altos do Brasil, haviam caído quase à metade em apenas quatro anos: de 68 para 36 por mil nascidos vivos, sob os aplausos do Unicef e sob as esperanças da Pastoral da Criança, da Igreja Católica.

Jamais imaginei viver para me obrigar a reconhecer mais sensibilidade social e mais sentido de Brasil nos governos dos anos de chumbo da ditadura militar que no governo democrático de um nordestino, ainda mais de um retrante, como o próprio Lula faz questão de proclamar. Pobre Brasil, tristes serões...

Parece ironia. Ou sadismo. Enquanto os flagelados da seca se somam aos das enchentes no esquecimento e na desassistência, os jornais do fim de semana registraram que o Governo Lula faz aperto fiscal recorde: economizou, entre janeiro e junho, R\$ 46,183 bilhões, equivalentes a 5,76% do PIB, quase R\$ 14 bilhões a mais do que esperava o próprio FMI. Em contrapartida, pôsced mais de 5% do orçamento foram executados. Programas essenciais tiveram zero de investimento.

Fica difícil aplaudir essa política restritiva que nem os governos mais conservadores do Brasil ousaram praticar. Se foi para isso que Lula se elegeu, imagino que o governo se ache no caminho certo. O Brasil é que não está.

o corpo fora) o Ministro Furlan? É que, enquanto se espera – esperar o quê? e para quê? - a Argentina tem aberto portas pra outros países, como o México, um sério competidor do Brasil, para suprir a demanda.

Em outras palavras, a julgar pelas informações dos jornais, parece estar faltando mais ação das autoridades brasileiras, no curso dos entendimentos.

A propaganda é interessante, mas sozinha é muito pouca coisa. Até porque quem lê anúncio é o consumidor e o consumidor não está barrando a entrada dos eletros brasileiros na Argentina. O Governo argentino não lê anúncios nem tem tempo para isso. E são os Governos – argentino e brasileiro - que estabelecem normas para evitar as barreiras.

Segundo uma informação da coordenadora da Comissão de Comércio Exterior da Eletros (Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos), Maria Teresa Bustamante, a Argentina tem diversos acordos bilaterais que podem dar a terceiros países benefícios próximos aos acordos na formação do Mercosul.

Para ela, o problema não reside apenas no setor de eletroeletrônicos nem poderá ser solucionado por empresários dos dois países. Serão necessárias

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Os Entendimentos Brasil-Argentina Estão Paralisados. Prejuízos para o Pólo Industrial de Manaus.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, está nos jornais: as negociações entre Brasil e Argentina para exportações de eletrodomésticos brasileiros estão paradas. O resultado se traduz em prejuízos para o Pólo Industrial de Manaus, pelo que já não há dúvida de que o assunto requer urgentes ações do Governo brasileiro.

Em vez disso – leio na **Gazeta Mercantil**, edição de 30 de agosto de 2004.), o Ministro Luís Fernando Furlan, da Indústria e Comércio Exterior, sai-se com esta peça, que só pode ser brincadeira: *a indústria de Manaus precisa de maior divulgação!*

Enquanto isso, informa o noticiário da **Gazeta**, as máquinas de lavar brasileiras estão paradas na fronteira, no aguardo das denominadas licenças não-automáticas desde julho. Já estamos em setembro. Aguardam licenças.

Por que não basta a ZFM fazer mais propaganda, como sugere ingenuamente (ou como quem quer tirar

regras institucionais e jurídicas claras, a partir de decisões dos Governos.

Eis aí, Sr. Presidente, o quadro atual criado pelas restrições impostas pelo Governo Nestor Kirchner aos produtos brasileiros.

Com a palavra o Governo brasileiro. Enquanto é tempo.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELETROELETRÔNICA

ontêiner da o custo de transporte

No caso da Suzano, as exportações de celulose cresceram 32% e passaram de 155,5 mil toneladas para 206,5 mil toneladas no primeiro semestre deste ano. O papel não revestido registrou exportações 9% maiores, com 116,3 mil toneladas. No caso do papel de imprimir e escrever, as vendas externas aumentaram de 34,4 mil toneladas para 38,6 mil toneladas. Já o papel revestido, cuchê, a alta foi de 174% e a exportação passou de 2,3 mil toneladas em 2003 para 6,3 mil toneladas este ano.

Menor demanda externa

"Fizemos em boa hora os investimentos para aumentar a capacidade de produção de celulose e papel", afirmou o diretor de negócios internacionais da Suzano, salientando que os acréscimos mais os estoques permitiram atender ao aumento na demanda interna e também externa. Segundo Ziviani, neste trimestre houve um enfraquecimento da demanda tanto da China, devido as medidas governamentais para conter o rápido avanço da economia daquele país, como de outros mercados. "Mas nos últimos cinco dias as encomendas voltaram", disse.

As negociações entre Brasil e Argentina estão paradas, diz a Eletros

Rita Karam
de São Paulo

As negociações entre o Brasil e a Argentina para venda de eletrodomésticos brasileiros para o país vizinho estão paradas. A coordenadora da comissão de comércio exterior da Eletros - Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, Maria Teresa Bustamante, informou que falta o governo argentino indicar um representante para a comissão que irá levantar o tâmbor e as especificações do mercado de refrigeradores na Argentina e estabelecer cotas para os produtos brasileiros, como ficou acordado em julho último.

Além disso, as máquinas de lavar brasileiras estão paradas na fronteira no aguardo das licenças não-automáticas impostas também desde julho. Nesse compasso de espera, a Argentina tem aberto portas para outros países, como o México, um importante competidor, para conseguir suprir a demanda, disse Maria Tereza, representante dos empresários brasileiros na mesa de negociações. A executiva afirmou que a Argentina tem diversos acordos bilaterais que podem dar a terceiros países benefícios próximos aos acordados na formação do Mercosul.

Maria Teresa considera que será preciso reestruturar o Mercosul. "O problema, como se tem divulgado, não está apenas no setor eletroeletrônico e nem poderá ser solucionado por empresários dos dois países. Serão necessárias regras institucionais e jurídicas claras", afirmou. A coordenadora da comissão de comércio exterior da Eletros disse que de 1,4 mil medidas para vigorarem no Mercosul, 53% não foram implementadas.

Segundo a executiva, a comunidade europeia enfrentou diferentes situações para conseguir a unificação, mas o processo foi beneficiado pelo estabelecimento de regras claras. "Em uma palestra recente, o ministro Lavagna (Roberto Lavagna, da economia) afirmou que o PIB da Argentina está com o mesmo índice de 30 anos. Não houve uma política industrial", disse Maria Teresa, ressaltando as dificuldades do processo de integração.

Os acordos acertados com os argentinos até agora — cotas para refrigeradores e fogões — valem até o final deste ano. No caso dos refrigeradores, não houve consenso quanto as cotas que estão em vigor hoje e ficou estabelecido que seria criada uma comissão para avaliar o tamanho do mercado para uma posterior redefinição. Já nas máquinas de lavar a recusa dos empresários brasileiros para a cota que a Argentina queria estabelecer provocou a imposição de licenças não-automáticas. Com isso, desde meados de julho, os produtos enviados para o país vizinho aguardam liberação da aduana argentina.

O presidente do conselho da Eletros, Paulo Periquito, considera que o investimento da indústria brasileira na Argentina é difícil porque a operação exige montante alto, no caso de refrigeradores de aproximadamente US\$ 50 milhões para uma linha de produção que só se torna viável com cerca de 500 mil produtos anuais.

Setor em recuperação

Maria Teresa e Paulo Periquito participaram, na sexta-feira, em São Paulo, do evento de comemoração dos 10 anos de fundação da Eletros. Durante a solenidade, o presidente executivo da Eletros, Paulo Saab, informou que o setor está em recuperação, mas os números deste ano ainda devem ficar abaixo das cerca de 35 milhões de unidades vendidas em 1998 e em 2000. A estimativa de Saab é de vendas próximas a 33 milhões de aparelhos. Em 1996, quando essa indústria registrou um dos melhores desempenhos, foram vendidas 46 milhões de unidades.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luís Fernando Furlan, que participou do evento da Eletros representando o presidente Luis Inácio Lula da Silva, disse aos empresários que questões vinculadas a melhorias nos portos brasileiros estarão resolvidas ainda este ano e que o crescimento do PIB passará dos 4%. Furlan afirmou ainda que a indústria de Manaus precisa de maior divulgação.

lo Bahrein

jóias. O País é o maior produtor mundial de gemas coloridas e produz mais de um terço de todas as gemas comercializadas no planeta, com exceção do diamante, rubi e safira. Está na 14ª posição no ranking mundial da produção de ouro e é o segundo maior produtor de topázio imperial e turmalina, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A entrada no mercado do Oriente Médio acontece num momento propício para os empresários nacionais. De acordo com o IBGM, a cadeia produtiva exportou US\$ 613,9 milhões em 2003, sendo que só para Arábia Saudita foram exportados o equivalente a pouco mais de US\$ 1 milhão, e para os Emirados Árabes Unidos, cerca de US\$ 160,2 mil. A meta do setor é exportar o equivalente a US\$ 700 milhões este ano, para alcançar vendas externas de US\$ 1 bilhão em 2006. Entre 2000 e 2003, houve um crescimento de 50% nas exportações.

De janeiro a julho deste ano, as vendas externas de pedras lapidadas, com maior valor agregado, não anotaram superávit as de pedras em

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.
PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 33 minutos.)

(OS 16888/04)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL César Borges	PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL Edison Lobão		ALAGOAS
PFL Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB Hélio Costa	PT	Tião Viana
GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT Paulo Paim		TOCANTINS
PTB Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB José Maranhão	PT	Mário Calixto
ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB Gerson Camata		RORAIMA
PL Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	--

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calhão Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	--	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	--

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	---	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE	- Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS	- José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ	- Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE	- Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC	- José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI	- Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE	- Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP	- Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDE利 SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2-PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMD
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PTB-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	1º SECRETÁRIO Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	2º SECRETÁRIO Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	3º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	4º SECRETÁRIO Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Maurício Rands (PT-PE)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Carlos Melles (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador EDUARDO SUPlicy (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

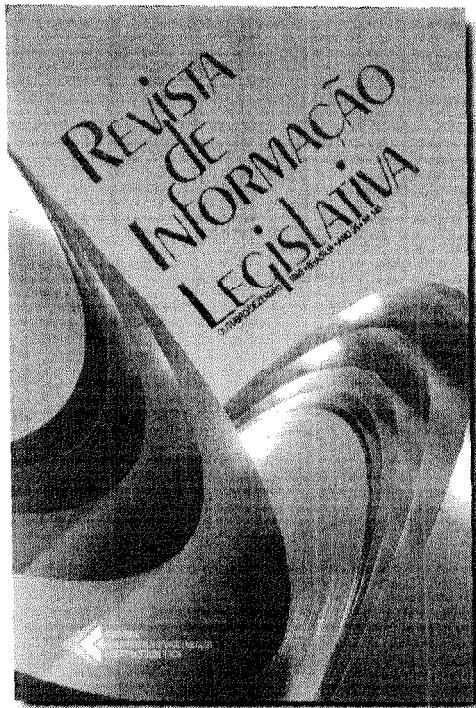
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 70 PÁGINAS